

Deloitte.

**REDE
CAPITAL
SOCIAL** Mudança pela
filantropia estratégica

Rede Capital Social – Associação de Filantropia Estratégica

ESTRATÉGIA PARA A PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM PORTUGAL

| PLANO DE AÇÃO

Novembro de 2025

ÍNDICE

- 1 Abordagem Metodológica
- 2 Arquitetura Estratégica
- 3 Eixos de Intervenção e Iniciativas Estratégicas
- 4 Fichas de Projeto
- 5 Plano de Alocação de Recursos Filantrópicos
- 6 Avaliação e Calendarização das Iniciativas Estratégicas

PLANO DE AÇÃO

PLANO DE AÇÃO

1. Abordagem Metodológica

Abordagem Metodológica | Suporte de Construção ao Plano Estratégico

O trabalho de desenvolvimento da Estratégia para o fomento da empregabilidade de Pessoas com Deficiência teve por base a combinação de um conjunto alargado de análises e auscultações, que orientaram a construção do Plano de Ação.

A delineação do **Plano de Ação da estratégia para a promoção da empregabilidade de Pessoas com Deficiência em Portugal**, assentou numa metodologia que contemplou a **combinação de um conjunto de análises, diagnósticos e auscultações**, resultando na **definição de iniciativas estratégicas** que vão de encontro às **visões partilhadas e necessidades mais prementes**.



Compreensão de Conceitos

Análise e compreensão do conceito da Deficiência, sua distinção relativamente ao conceito de Incapacidade e diferenças do Estatuto de Deficiência na UE



Diagnóstico do Ecossistema

Recolha e análise de indicadores de diversas áreas relevantes para uma caracterização mais fidedigna da temática da Deficiência



Análise da Legislação

Análise da legislação portuguesa mais relevante, para Pessoas com Deficiência, ao nível da Empregabilidade, Educação, Proteção Social, entre outros



Benchmarking de Referências

Análise de estratégias públicas internacionais e identificação de políticas de sucesso inovadoras de forma a orientar a estratégia nacional



Auscultação de Forças Vivas

Realização de uma extensa fase de auscultação de 3 grandes tipologias de *stakeholders* e sistematização dos principais desafios e oportunidades

PLANO DE AÇÃO

THINK

Pilares e Objetivos Estratégicos

SHAPE

Eixos de Intervenção e Iniciativas

ACT

Plano de ação

Abordagem Metodológica | Sessões de Cocriação de Políticas Públicas

Adicionalmente, para a conceção de uma estratégia sólida e um plano de ação eficaz, foram realizadas cinco sessões de cocriação de políticas públicas e iniciativas com especialistas, investigadores e partes interessadas na área da Deficiência em Portugal.

OBJETIVO

Promover um **processo participativo de cocriação**, envolvendo Pessoas com Deficiência, especialistas, investigadores, entidades do setor público e privado e outros representantes da sociedade civil, com **reconhecido conhecimento sobre os desafios da Deficiência em Portugal**.

Através da discussão aberta e da análise de problemáticas concretas, procurou-se **recolher contributos estratégicos** para a **definição de soluções realistas, inovadoras e impactantes**, que orientem as prioridades, os eixos de intervenção e as linhas de ação de um **plano integrado** focado na **promoção da empregabilidade e inclusão sustentável de Pessoas com Deficiência na Sociedade**.

Esta abordagem resultou na constituição de quatro grupos distintos de stakeholders:



Pessoas com Deficiência e Familiares

Realização de um Workshop presencial de cocriação de políticas públicas e outras iniciativas



Empresas

Realização de um Workshop presencial de cocriação de políticas públicas e outras iniciativas



ONGs e Personalidades da Política Pública

Realização de dois Workshops presenciais de cocriação de políticas públicas e outras iniciativas



Órgãos de Comunicação Social

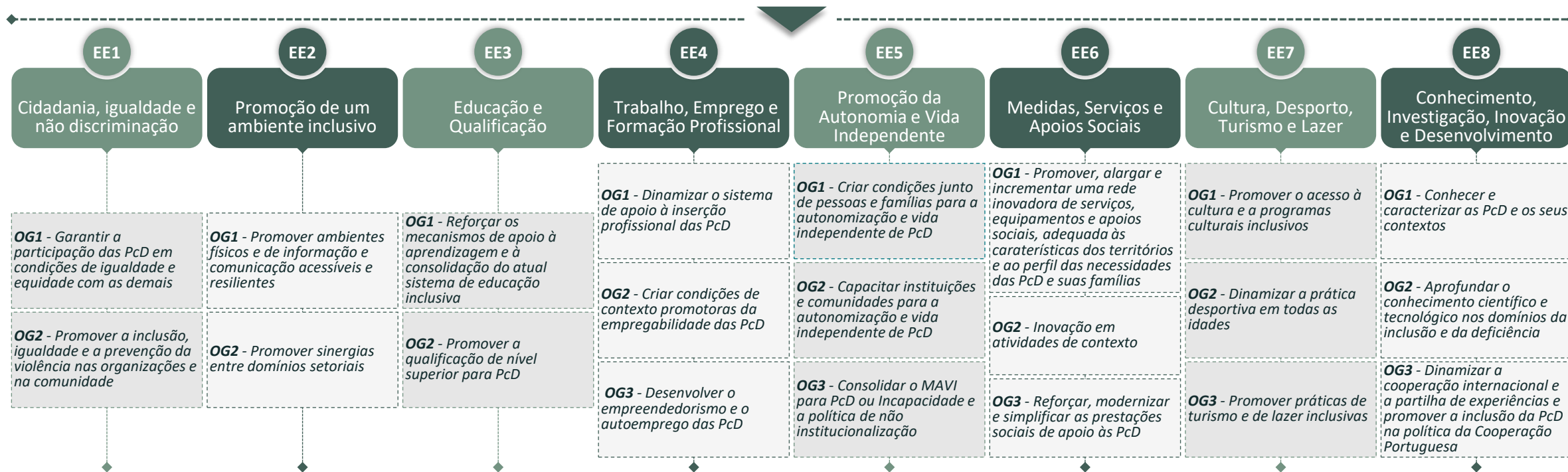
Realização de um Workshop presencial de cocriação de medidas de comunicação e outras iniciativas

Abordagem Metodológica | Associação à Estratégia Nacional de Inclusão de Pessoas com Deficiência

Por fim, para impulsionar a implementação do Plano de Ação, as iniciativas estratégicas definidas foram enquadradas na Estratégia Nacional de Inclusão de Pessoas com Deficiência, de forma a potenciar os resultados esperados.

No contexto da construção da **Estratégia para a Promoção da Empregabilidade das Pessoas com Deficiência em Portugal**, torna-se fulcral **alinhar os eixos de intervenção e as linhas de atuação do plano de ação proposto** com os **Eixos Estratégicos e Objetivos da Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025 (ENIPD)**, mesmo estando esta nos seus últimos meses de vigência.

Este alinhamento **assegura coerência institucional, reforça a legitimidade técnica e política da intervenção e permite potenciar sinergias com medidas e programas já existentes**, evitando redundâncias e promovendo a continuidade da estratégia. Além disso, ao articular as **ações com os princípios e metas da ENIPD**, garante-se que o **plano de ação idealizado parte de um referencial nacional já validado**, facilitando a interlocução com entidades públicas e privadas por via do seu **posicionamento como um contributo concreto para o legado e sustentabilidade da política pública de inclusão** das Pessoas com Deficiência.



Abordagem Metodológica | Estratégia para a Promoção da Empregabilidade de Pessoas com Deficiência

A orientação estratégica, resultando na delimitação de um conjunto de Iniciativas Estratégicas, assentou numa metodologia que contemplou a combinação de um conjunto de visões partilhadas e de análises das necessidades mais prementes.



PLANO DE AÇÃO

2. Arquitetura Estratégica

Arquitetura Estratégica

A Estratégia para a Promoção da Empregabilidade de PcD em Portugal assenta em três pilares fundamentais, cada um com objetivos estratégicos distintos, que convergem para a melhoria da qualidade de vida destas pessoas e para a sua inclusão plena na sociedade.

ESTRATÉGIA INTEGRADA PARA A DEFICIÊNCIA



LEGISLAÇÃO

Iniciativas Estratégicas para o desenvolvimento de novas políticas públicas e revisão de outras já existentes



TRABALHO DE DADOS, SIMPLIFICAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Iniciativas Estratégicas para a obtenção e publicação de dados e centralização da informação sobre a temática da Deficiência em Portugal



LITERACIA, CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Iniciativas Estratégicas para a capacitação de PcD, sensibilização, literacia e desconstrução da Deficiência na vida em Sociedade

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

EMPREGABILIDADE

PROTEÇÃO SOCIAL, INCLUSÃO E QUALIDADE DE VIDA

Arquitetura Estratégica | Pilares e Objetivos Estratégicos

Assim o Plano de Ação passa por reforçar o enquadramento legal e fiscal para a inclusão, desenvolver um ecossistema digital e institucional de informação integrado e fomentar uma cultura de inclusão ativa e sustentável na sociedade.

Objetivo central:

Objetivos estratégicos específicos:

Promoção da Empregabilidade de Pessoas com Deficiência em Portugal



1. REFORÇAR O ENQUADRAMENTO LEGAL E FISCAL PARA A INCLUSÃO

Reforçar o enquadramento legal e fiscal de forma a garantir a igualdade de oportunidades no acesso e sustentabilidade da permanência de Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho, assegurando uma regulação eficaz, incentivos adequados e a eliminação de barreiras jurídicas à inclusão.



2. DESENVOLVER UM ECOSSISTEMA DIGITAL E INSTITUCIONAL DE INFORMAÇÃO INTEGRADO

Criar um ecossistema digital e institucional de informação integrado, simplificado, acessível e atualizado, que permita a todas as partes interessadas (PcD, empregadores, técnicos, decisores) aceder a dados, apoios e recursos de forma eficiente e coordenada, promovendo decisões baseadas em evidência.



3. FOMENTAR UMA CULTURA DE INCLUSÃO ATIVA E SUSTENTÁVEL NA SOCIEDADE

Fomentar uma cultura de inclusão ativa e sustentável através da capacitação contínua das Pessoas com Deficiência, da sensibilização e educação de empregadores e da sociedade civil como um todo, promovendo a integração, representatividade e empoderamento da Pessoa com Deficiência em todos os contextos de vida e trabalho.



PLANO DE AÇÃO

3. Eixos de Intervenção e Iniciativas Estratégicas

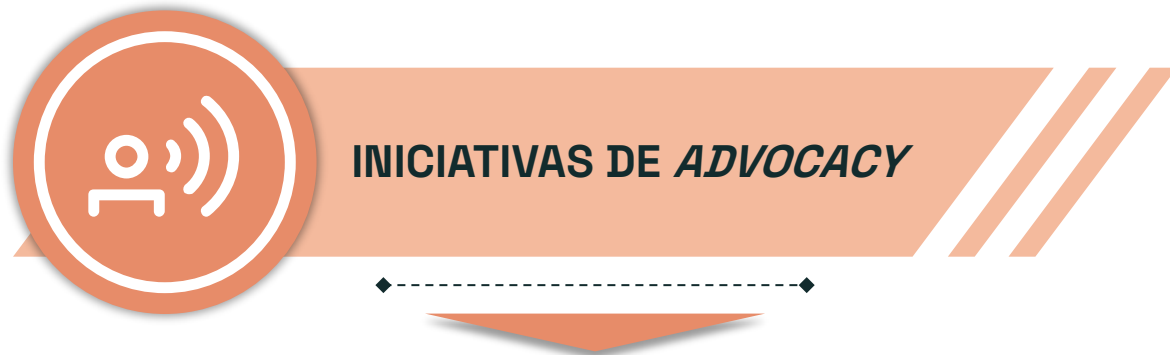
Eixos de Intervenção e Iniciativas Estratégicas

Por sua vez, os três objetivos estratégicos materializam-se em 8 Eixos de Intervenção, englobando um conjunto de 20 iniciativas estratégicas objetivas e concretas para promover a inclusão sustentável de PcD no mercado de trabalho e na sociedade.



Eixos de Intervenção e Iniciativas Estratégicas

Do total das 20 Iniciativas Estratégicas propostas, 11 foram enquadradas como iniciativas de *advocacy* e as restantes 9 como iniciativas de filantropia, previstas para financiamento através dos recursos angariados nas rondas de filantropia.



- Iniciativas centradas na **influência estratégica de políticas públicas e prioridades institucionais**, através da **mobilização da Rede Capital Social e do seu capital relacional com entidades do terceiro setor e empresas, junto de ministérios, organismos públicos e entidades reguladoras**.
- Estas ações visam gerar **compromisso político e desbloquear mudanças estruturais**, promovendo reformas legislativas, ajustamentos em programas públicos existentes e uma maior articulação entre entidades públicas, com vista à **promoção da empregabilidade das Pessoas com Deficiência**.



- Iniciativas **promovidas, coordenadas e financiadas pela Rede Capital Social**, com base em **rondas de financiamento filantrópico**, destinadas ao **lançamento de avisos de financiamento direcionados a ONGs e consultoras especializadas para desenvolver e/ou robustecer projetos de elevado impacto**, que contribuam para a **inclusão laboral sustentável de Pessoas com Deficiência**.
- A Rede Capital Social assume o **papel de articulação estratégica, seleção de parceiros e acompanhamento da execução**, assegurando o **alinhamento com os objetivos da estratégia**.

Eixos de Intervenção e Iniciativas Estratégicas

Eixos de intervenção e iniciativas estratégicas inerentes ao objetivo de “Reforçar o enquadramento legal e fiscal para a Inclusão” do Pilar 1 – Legislação.



PILAR 1 - LEGISLAÇÃO



EI1 REFORMA JURÍDICA E REGULATÓRIA PARA A INCLUSÃO

- IE1 Revisão da Lei de Bases das Acessibilidades;
- IE2 Revisão da Lei das Quotas – Lei 4/2019.

EI2 REFORÇO DOS INCENTIVOS ÀS EMPRESAS

- IE3 Revisão da tributação da TSU e criação de deduções específicas em sede de IRC para empresas;
- IE4 Revisão da medida de apoio +Emprego.

EI3 PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE E AUTONOMIA DA PcD

- IE5 Comparticipação estatal sobre o seguro de vida na compra de habitação própria permanente;
- IE6 Consolidação e alargamento da resposta MAVI e valorização da figura do assistente pessoal;
- IE7 Promoção da acessibilidade total nos transportes públicos.

Legenda:



Iniciativa Estratégica de *Advocacy*



Iniciativa Estratégica de Filantropia

Eixos de Intervenção e Iniciativas Estratégicas



Eixos de intervenção e inerentes ao objetivo de “Desenvolver um ecossistema digital e institucional de informação integrado” do Pilar 2 – Trabalho de Dados, Simplificação e Centralização da Informação.

PILAR 2 - TRABALHO DE DADOS, SIMPLIFICAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO



EI4 SOCIEDADE INFORMADA E CONSCIENTE

- IE1 Reforço do grupo de trabalho especializado na empregabilidade de PcD no ODDH;
- IE2 Repositório de informação de apoio à compreensão da Deficiência, à PcD e ao Empregador;
- IE3 Formação contínua de quadros e revisão de processos e interoperabilidade entre sistemas.

EI5 EMPREGABILIDADE INCLUSIVA

- IE4 Plataforma de Empregabilidade Inclusiva;
- IE5 Programa nacional de *job coaching* profissional.

Legenda:



Iniciativa Estratégica de *Advocacy*



Iniciativa Estratégica de Filantropia

Eixos de Intervenção e Iniciativas Estratégicas



Eixos de intervenção e iniciativas estratégicas inerentes ao objetivo de “Fomentar uma cultura de inclusão ativa e sustentável na sociedade” do Pilar 3 – Literacia, Capacitação e Sensibilização.

PILAR 3 - LITERACIA, CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO



EI6 TRANSFORMAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO E ACOMPANHAMENTO DA PcD

- IE1 Programa escola inclusiva;
- IE2 Programa de acompanhamento ativo e preparação da transição Escola-Trabalho.

EI7 CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DA PcD

- IE3 Programa nacional de capacitação para a autonomia e confiança;
- IE4 Programa de apoio ao empreendedorismo de PcD;
- IE5 Programa InCode - Academias de Código para PcD.

EI8 FOMENTO DE UMA CULTURA DE DIVERSIDADE

- IE6 Ação de sensibilização e educação das empresas;
- IE7 Ação de sensibilização e literacia dos Órgãos de Comunicação Social;
- IE8 Campanha nacional de sensibilização e normalização da Deficiência.

Legenda:



Iniciativa Estratégica de *Advocacy*



Iniciativa Estratégica de Filantropia

PLANO DE AÇÃO

4. Fichas de Projeto

P1
IE1

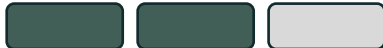
REVISÃO DA LEI DE BASES DAS ACESSIBILIDADES (1/2)

Caracterização da Iniciativa

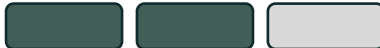
FILANTROPIA

ADVOCACY

Impacto



Facilidade de Implementação



Prazo

> Em contínuo

Associação com Eixos Estratégicos e Objetivos da ENIPD

> EE2 - Promoção de um ambiente inclusivo: OG 1; EE 7 Cultura, Desporto, Turismo e Lazer: OG1

Justificação: Tendo por base o eixo estratégico das Políticas de família, ação social e da inclusão previsto no Programa do XXV Governo Constitucional (2025), que preconiza a continuidade das políticas de apoio às Pessoas com Deficiência, procurando tornar esses apoios mais eficazes, nomeadamente através da revisão do regime jurídico das acessibilidades e do reforço da fiscalização do cumprimento das respetivas normas. Adicionalmente, não obstante a atualização e consolidação das normas técnicas anteriormente previstas no Decreto-Lei n.º 123/97, introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 163/2006, diploma que procurou colmatar diversas insuficiências e incorporar novos requisitos de acessibilidade, é hoje, evidente a necessidade de proceder a uma nova revisão e ampliação deste diploma, tendo por isso sido constituído um grupo de trabalho coordenado pela área governativa do trabalho, solidariedade e segurança social, através da Estrutura de Missão para a Promoção das Acessibilidades. Desta forma, no contexto da criação deste grupo a trabalho, será fundamental considerar as linhas de atuação da presente iniciativa.

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- > Promover uma **atualização e reforço do quadro legal e técnico das acessibilidades**, de forma a compreender uma visão holística do conceito de Acessibilidade, garantindo não só a acessibilidade física, como também a acessibilidade digital, à comunicação e à informação referido no Decreto-Lei nº82/2022, que transpõe o [EU Accessibility Act](#). Garantir ainda que o quadro legal existente esteja alinhado com os 7 princípios do "[Design Universal](#)", assim como os padrões internacionais de excelência e inovação tecnológica, promovendo uma **inclusão efetiva e sustentável das Pessoas com Deficiência na sociedade**;

Racional de Orçamentação (alto-nível)

TO BE CONFIRMED

Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social**; Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Me-CDPD; Ordem dos Engenheiros; Ordem dos Arquitetos; INR; Valor T; ONGs.

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de países de referência analisados no *benchmarking* internacional; Número de novas soluções tecnológicas passíveis de implementar.

Nota: O prazo definido baseia-se no trabalho de *Advocacy* da RCS, excluindo-se o prazo de implementação da iniciativa pelas entidades competentes.



P1
IE1

REVISÃO DA LEI DE BASES DAS ACESSIBILIDADES (2/2)

Caracterização da Iniciativa

FILANTROPIA

ADVOCACY

Impacto



Facilidade de Implementação



Prazo

> Em contínuo

Associação com Eixos Estratégicos e Objetivos da ENIPD

> EE2 - Promoção de um ambiente inclusivo: OG 1; EE 7 Cultura, Desporto, Turismo e Lazer: OG1

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- Realizar um **estudo comparado com referência a países com práticas de excelência** identificando **boas práticas e normas emergentes** para espaços urbanos, edifícios públicos e privados incluindo infraestruturas turísticas, desportivas e culturais; bem como **novas tendências e soluções tecnológicas** aplicadas à acessibilidade;
 - Garantir uma **auscultação eficaz de necessidades** e **participação ativa** de Pessoas com Deficiência, organizações representativas e técnicos especializados **reforçando a legitimidade e adequação das soluções tecnológicas** a implementar;
- > Incentivar a **criação de ações de formação após implementação do novo Decreto-Lei** ou, **nova Portaria** dirigida a **stakeholders relevantes** (ex. Ordem dos Engenheiros, Ordem dos Arquitetos);
- > Estabelecer mecanismos legais que assegurem a **atualização periódica dos requisitos de acessibilidade**, a **adaptação progressiva de espaços existentes**, bem como uma **fiscalização adequada** de técnicos e fiscais, promovendo uma acessibilidade sustentável.

Racional de Orçamentação (alto-nível)

TO BE CONFIRMED

Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social**; Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Me-CDPD; Ordem dos Engenheiros; Ordem dos Arquitetos; INR; Valor T; ONGs.

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de países de referência analisados no *benchmarking* internacional; Número de novas soluções tecnológicas passíveis de implementar.

Nota: O prazo definido baseia-se no trabalho de *Advocacy* da RCS, excluindo-se o prazo de implementação da iniciativa pelas entidades competentes.



P1 IE2 REVISÃO DA LEI DAS QUOTAS – LEI 4/2019 (1/2)

Caracterização da Iniciativa

FILANTROPIA

ADVOCACY

Impacto



Facilidade de Implementação



Prazo

› Em contínuo

Associação com Eixos Estratégicos e Objetivos da ENIPD

› EE4 - Trabalho, Emprego e Formação Profissional – OG2

Justificação: Tendo por base as potenciais alterações à Lei das Quotas estipuladas pelo Trabalho XXI - Anteprojeto de Lei da reforma da legislação laboral do Gabinete da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que incluem a redução da percentagem mínima de incapacidade de 60% para 33% e a contabilização de trabalhadores temporários com deficiência no cômputo do pessoal da empresa beneficiária, a revisão proposta da Lei n.º 4/2019, visa reforçar o seu carácter dissuasor do incumprimento das Quotas definidas, e garantir uma maior transparência e eficácia na aplicação das coimas. Adicionalmente, importa assegurar que uma parte significativa dos montantes arrecadados através das coimas aplicadas pelo incumprimento da quota legal seja destinada a um fundo de contribuições específico, vocacionado exclusivamente para a promoção da empregabilidade de Pessoas com Deficiência. Cumpre salientar que a criação deste fundo visa replicar modelos bem-sucedidos adotados por países de referência, como a Alemanha e a França, nos quais os valores das penalizações não são integrados no orçamento geral do Estado, sendo, antes, reinvestidos de forma direta e estratégica no ecossistema de inclusão laboral.

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- › Promover a **redefinição da repartição do destino do produto das coimas** (atualmente de 65% para a ACT e 35% para o INR) disposto no Artigo 11º da presente Lei, **alocando, 20% à Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)**, garantindo a continuidade da fiscalização e ações inspetivas, **20% ao Instituto Nacional para a Reabilitação (INR)** e, os restantes **60% para um Fundo de Contribuições específico orientado para a empregabilidade** de forma a **reforçar o financiamento de programas de apoio desenvolvidos por ONGs à empregabilidade de PcD**, com base em **critérios de atribuição definidos** (ex. escala e abrangência);

Racional de Orçamentação (alto-nível)

TO BE CONFIRMED

Entidade responsável e outras entidades a envolver

- › **Rede Capital Social**; Assembleia da República; Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Me-CDPD; INR; IEFP; ACT; ONGs.

Indicadores de Monitorização e Performance

- › Número de vagas inseridas no IEFP; Número de novas contratações de trabalhadores com deficiência inscritos no IEFP; Taxa de Cumprimento das Quotas por Empresas elegíveis; Número de empresas fiscalizadas.

Nota: O prazo definido baseia-se no trabalho de *Advocacy* da RCS, excluindo-se o prazo de implementação da iniciativa pelas entidades competentes.



P1 IE2 REVISÃO DA LEI DAS QUOTAS – LEI 4/2019 (2/2)

Caracterização da Iniciativa

FILANTROPIA

ADVOCACY

Impacto



Facilidade de Implementação



Prazo

> Em contínuo

Associação com Eixos Estratégicos e Objetivos da ENIPD

> EE4 - Trabalho, Emprego e Formação Profissional – OG2

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- Esta medida assegura uma maior **convergência** com as **melhores práticas internacionais**, ao prever que a parcela principal dos **recursos do incumprimento das quotas** seja alocada a um **fundo específico**, de forma a gerar um **ciclo virtuoso**, onde o incumprimento contribui para mitigar as próprias barreiras estruturais que o originam, promovendo uma mudança cultural nas organizações, e incentivando uma ação proativa;
 - *Países que servem de referência na aplicação desta metodologia: Alemanha e França;*
- > Promover a **revisão dos valores das coimas por incumprimento da quota legal previstas** no artigo 9º e 10º da presente Lei que nos remete, em última instância, para o Artigo 554.º do Código do Trabalho, propondo a fixação do **montante em 500 vezes o valor do salário mínimo nacional por hora trabalhada, por trabalhador com deficiência em falta**, garantindo uma maior transparência e simplicidade na aplicação da coima, reduzindo a sua margem de interpretação ou desresponsabilização e, tornando o regime sancionatório mais dissuasor e proporcional à infração cometida;
 - *Países que servem de referência na aplicação de metodologias semelhantes: França;*
- > Promover a revisão do Artigo 8º da presente lei, estabelecendo uma **limitação temporal máxima de dois anos para a aceitação**, em sede de fiscalização, da **declaração emitida pelo IEFP que ateste a não existência de candidatos com deficiência, inscritos nos serviços de emprego, que reúnam os requisitos necessários para o preenchimento do posto de trabalho**, combatendo a definição de requisitos desajustada à realidade do mercado.

Racional de Orçamentação (alto-nível)

TO BE CONFIRMED

Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social**; Assembleia da República; Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Me-CDPD; INR; IEFP; ACT; ONGs.

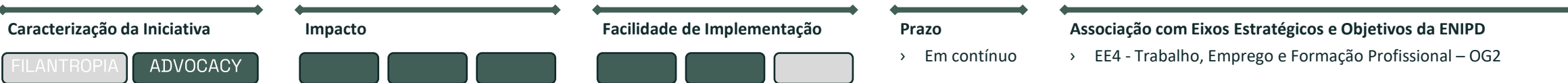
Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de vagas inseridas no IEFP; Número de novas contratações de trabalhadores com deficiência inscritos no IEFP; Taxa de Cumprimento das Quotas por Empresas elegíveis; Número de empresas fiscalizadas.

Nota: O prazo definido baseia-se no trabalho de *Advocacy* da RCS, excluindo-se o prazo de implementação da iniciativa pelas entidades competentes.



P1 IE3 REVISÃO DA TRIBUTAÇÃO DA TSU E CRIAÇÃO DE DEDUÇÕES ESPECÍFICAS EM SEDE DE IRC PARA EMPRESAS (1/2)



Justificação: A atual configuração do regime contributivo e fiscal aplicável às empresas não reflete suficientemente uma política ativa de promoção da empregabilidade de Pessoas com Deficiência. Tendo por base o eixo estratégico de Inclusão de Pessoas com Deficiência previsto no Programa do XXV Governo Constitucional (2025), de promover o acesso a empregos sustentáveis e de qualidade, designadamente através da medida para incrementar vantagens fiscais às empresas que contratem Pessoas com Deficiência acima da quota legal, as ações propostas defendem um carácter mais abrangente e diferenciado pela dimensão das empresas, de forma a promover uma maior adesão à contratação inclusiva de Micro e Pequenas Empresas.

- Principais linhas de atuação** (não exaustivo)
- › Promover a **revisão dos artigos 108.º e 109.º do Código dos Regimes Contributivos** do Sistema Previdencial de Segurança Social, de forma a **introduzir isenções proporcionais da Taxa Social Única**, associada a **trabalhadores com incapacidade igual ou superior a 60%**, independentemente do seu vínculo laboral (e não apenas a atual isenção de 50% da TSU aplicável a contratos sem termo celebrados com trabalhadores com incapacidade igual ou superior a 80%);
 - **Para Micro e Pequenas Empresas: isenção total da taxa contributiva** das empresas relativa a trabalhadores com deficiência;
 - **Para as restantes Empresas: isenção parcial de 50% da taxa contributiva** das empresas relativa a trabalhadores com deficiência; fixando-se nos **11,9%**.

Racional de Orçamentação (alto-nível)

TO BE CONFIRMED

Entidade responsável e outras entidades a envolver

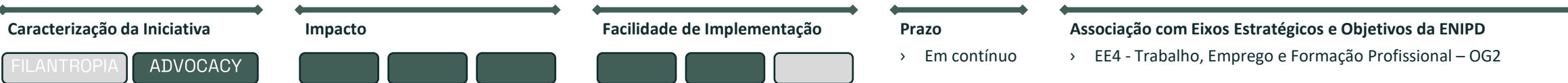
- › **Rede Capital Social;** Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Ministério das Finanças; Me-CDPD.

Indicadores de Monitorização e Performance

- › Número de trabalhadores com deficiência contratados por micro e pequenas empresas; Número de trabalhadores com deficiência contratados por empresas elegíveis ao cumprimento da Lei das Quotas.

Nota: O prazo definido baseia-se no trabalho de *Advocacy* da RCS, excluindo-se o prazo de implementação da iniciativa pelas entidades competentes.

P1 IE3 REVISÃO DA TRIBUTAÇÃO DA TSU E CRIAÇÃO DE DEDUÇÕES ESPECÍFICAS EM SEDE DE IRC PARA EMPRESAS (2/2)



Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- > Promover a **introdução no Código do IRC um regime específico de deduções à coleta** para empresas, que incidirão sobre os **encargos com salários de trabalhadores com incapacidade igual ou superior a 60%**:
 - **Para Micro e Pequenas Empresas:** majoração em 50% **dos encargos com salários** de trabalhadores com deficiência, permitindo uma **dedução fiscal equivalente a 150%** dos respetivos gastos;
 - **Para as restantes Empresas:** majoração em 20% **dos encargos com salários** de trabalhadores com deficiência, permitindo uma **dedução fiscal equivalente a 120%** dos respetivos gastos.

Racional de Orçamentação (alto-nível)



Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social;** Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Ministério das Finanças; Me-CDPD.

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de trabalhadores com deficiência contratados por micro e pequenas empresas; Número de trabalhadores com deficiência contratados por empresas elegíveis ao cumprimento da Lei das Quotas.

Nota: O prazo definido baseia-se no trabalho de *Advocacy* da RCS, excluindo-se o prazo de implementação da iniciativa pelas entidades competentes.

P1
IE4

REVISÃO DA MEDIDA DE APOIO +EMPREGO

Caracterização da Iniciativa

FILANTROPIA

ADVOCACY

Impacto



Facilidade de Implementação



Prazo

> Em contínuo

Associação com Eixos Estratégicos e Objetivos da ENIPD

> EE4 - Trabalho, Emprego e Formação Profissional – OG2

Justificação: A atual majoração de 35% no apoio financeiro previsto na medida +Emprego para a contratação de Pessoas com Deficiência com incapacidade igual ou superior a 60% revela-se frequentemente insuficiente para compensar os custos adicionais associados à integração destes trabalhadores. Tendo por base o eixo estratégico de Inclusão de Pessoas com Deficiência previsto no Programa do XXV Governo Constitucional (2025), de promover o acesso a empregos sustentáveis e de qualidade, designadamente através da medida para incrementar vantagens fiscais às empresas que contratem Pessoas com Deficiência acima da quota legal, a ação proposta defende um carácter mais abrangente, sendo que a promoção de uma majoração reforçada visa alinhar este apoio com os princípios da inclusão ativa e garantir maior atratividade da contratação de PcD face a outros públicos abrangidos pela medida.

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- > Promover a **revisão da Portaria n.º 220/2024/1**, de 23 de setembro, que veio criar e regular a medida “+Emprego”; no sentido de **incrementar a majoração prevista para efeitos de apoio financeiro** à contratação de Pessoas com Deficiência com grau de incapacidade igual ou superior a 60%, **dos atuais 35% para 50%**;
- > Reforçar os **mecanismos de divulgação da medida junto das empresas**, especialmente das micro, pequenas e médias empresas, com o apoio do IEFP e das entidades da economia social.

Racional de Orçamentação (alto-nível)

TO BE CONFIRMED

Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social**; Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; IEFP; Me-CDPD.

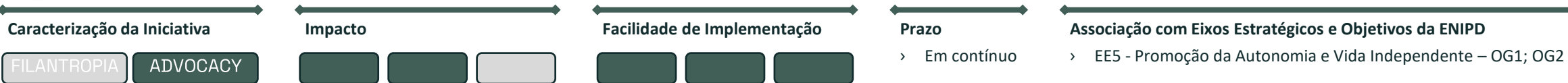
Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de beneficiários no âmbito da medida de apoio +Emprego (por idade, sexo, categoria profissional); taxa de retenção do emprego aos 6/12 meses; Variação anual no número de contratações de PcD com incapacidade $\geq 60\%$; Número de contratações de PcD em micro e pequenas empresas; Percentagem de retenção de postos de trabalho após término da medida de apoio.

Nota: O prazo definido baseia-se no trabalho de *Advocacy* da RCS, excluindo-se o prazo de implementação da iniciativa pelas entidades competentes.



P1 IE5 COMPARTICIPAÇÃO ESTATAL SOBRE O SEGURO DE VIDA NA COMPRA DE HABITAÇÃO PRÓPRIA PERMANENTE

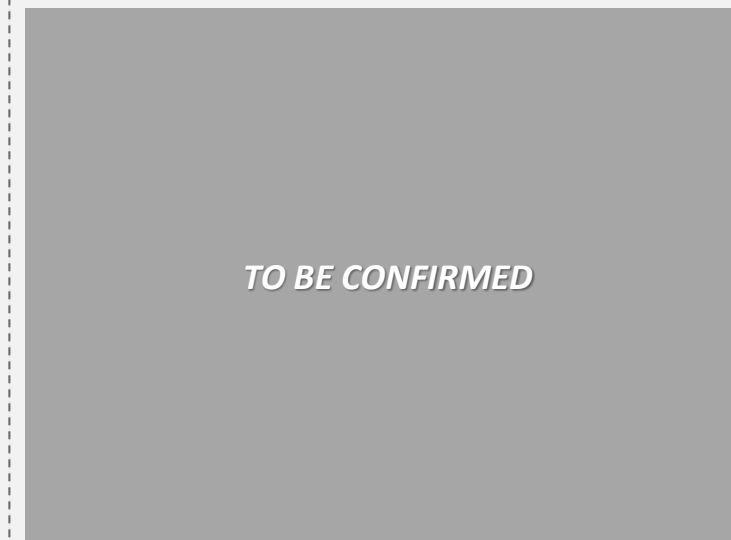


Justificação: À semelhança do regime de garantia pessoal do Estado na compra de habitação própria e permanente para jovens até aos 35 anos, previsto no Decreto-Lei n.º 66/2023, de 7 de agosto, a criação de um regime de comparticipação pública sobre o custo adicional do seguro de vida obrigatório na contratação de um crédito à habitação representa uma medida essencial para assegurar inclusão plena pela igualdade de acesso à habitação própria permanente por parte das Pessoas com Deficiência.

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- > Promover a revisão do Artº5, nº2 da Lei de 64/2014 que “Aprova o regime de concessão de crédito bonificado à habitação a pessoa com deficiência e revoga os Decretos-Leis n.ºs 541/80, de 10 de novembro, e 98/86, de 17 de maio”. A referida revisão visa estabelecer a criação de um **regime de comparticipação do seguro de vida por parte do Estado**, requerido pelas instituições bancárias para **aprovação de crédito na compra de habitação Própria Permanente por PcD** com incapacidade igual ou superior a 60%; de forma a mitigar o agravamento do prémio do seguro de vida por consequência da Deficiência;
 - Fixação de uma **percentagem variável de comparticipação que assegure a neutralização do diferencial de custo do seguro de vida** entre Pessoas com Deficiência e Pessoas sem Deficiência, garantindo assim igualdade nas condições de acesso ao crédito à habitação;
- > Formalização de um **protocolo entre o Estado, seguradoras e instituições bancárias**, com vista à implementação do mecanismo de comparticipação de forma automatizada no momento da contratação do crédito.

Racional de Orçamentação (alto-nível)



Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social**; Ministério das Infraestruturas e Habitação; IHRU; Ministério das Finanças; Instituições bancárias; Me-CDPD.

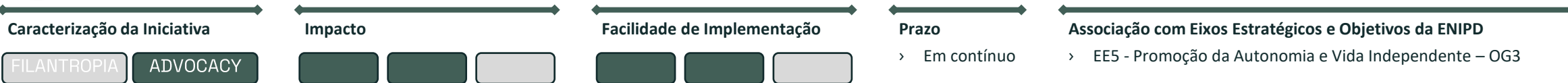
Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de beneficiários da medida por ano (desagregados por idade e sexo); Número de habitações próprias permanentes adquiridas por PcD com o apoio da medida; Percentagem de candidaturas aprovadas sobre o total de candidaturas; Número de Instituições Bancárias envolvidas.

Nota: O prazo definido baseia-se no trabalho de *Advocacy* da RCS, excluindo-se o prazo de implementação da iniciativa pelas entidades competentes.



P1 IE6 CONSOLIDAÇÃO E ALARGAMENTO DA RESPOSTA MAVI E VALORIZAÇÃO DA FIGURA DO ASSISTENTE PESSOAL (1/2)

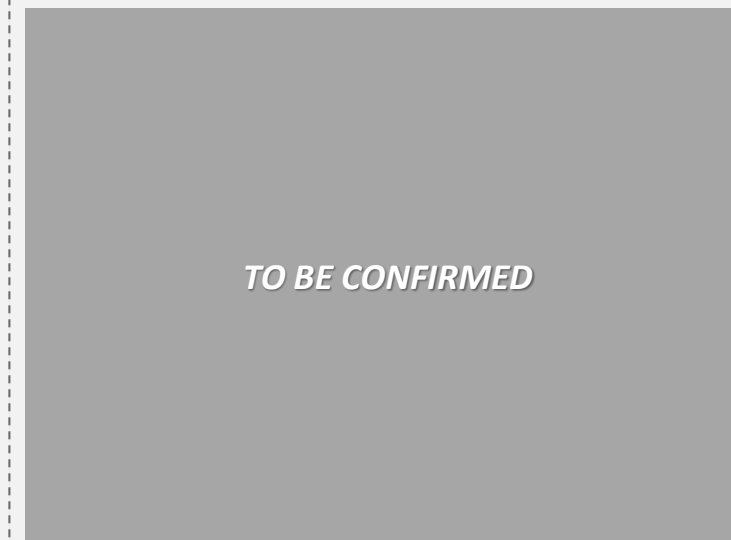


Justificação: O direito à assistência pessoal estipula que as Pessoas com Deficiência e/ou incapacidade tenham acesso a uma variedade de serviços domiciliários, residenciais e outros serviços de apoio da comunidade, incluindo o auxílio pessoal necessário para apoiar a inclusão e prevenir o isolamento ou a segregação. E, apesar da medida apresentar resultados muito positivos e benéficos, a abrangência da mesma ainda se pode considerar reduzida. Deste modo a presente iniciativa vem promover uma ação complementar à prevista no eixo estratégico das Políticas de família, ação social e da inclusão previsto no Programa do XXV Governo Constitucional (2025), de dar continuidade às políticas de proteção das famílias e em especial da parentalidade e das crianças, e de outros dependentes, designadamente através das medidas para valorizar e apoiar o cuidador informal, e de reforçar e ampliar a formação, certificação e expansão da oferta de cuidadores informais.

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- > Incentivar, a nível governativo, a **definição de uma estratégia clara e coesa que assegure a universalidade de acesso às respostas do Modelo de Apoio à Vida Independente**, garantindo o seu **financiamento e sustentabilidade**, bem como uma **estruturação e valorização** da carreira profissional de **assistentes pessoais**;
 - Promover um **alargamento progressivo do número de pessoas beneficiadas pela medida**, de 3.000 previsto para 2024 (apesar do número de beneficiários real ser consideravelmente mais reduzido); para 6.000 beneficiários no ano de 2027;

Racional de Orçamentação (alto-nível)



Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social**; Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Ministério das Finanças; INR; ISS; Me-CDPD.

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de novos beneficiários no âmbito do MAVI; Variação do número de assistentes pessoais contratados pelos CAVIs; Taxa de retenção de assistentes pessoais ao fim de 12/24 meses.

Nota: O prazo definido baseia-se no trabalho de *Advocacy* da RCS, excluindo-se o prazo de implementação da iniciativa pelas entidades competentes.



P1 IE6 CONSOLIDAÇÃO E ALARGAMENTO DA RESPOSTA MAVI E VALORIZAÇÃO DA FIGURA DO ASSISTENTE PESSOAL (2/2)



> Promover a **criação e disseminação de cartões de acompanhante** de Pessoas com Deficiência, garantindo a sua **gratuidade no transporte público e no acesso a eventos das esferas culturais e desportivas** (tal como adotado pela Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural), assegurando o reconhecimento do cartão por todas as entidades prestadoras de serviços.

- *Países que servem de referência na aplicação de metodologias semelhantes: Noruega e França.*

Racional de Orçamentação (alto-nível)

TO BE CONFIRMED

Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social**; Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Ministério das Finanças; INR; ISS; Me-CDPD.

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de novos beneficiários no âmbito do MAVI; Variação do número de assistentes pessoais contratados pelos CAVIs; Taxa de retenção de assistentes pessoais ao fim de 12/24 meses.

Nota: O prazo definido baseia-se no trabalho de *Advocacy* da RCS, excluindo-se o prazo de implementação da iniciativa pelas entidades competentes.

P1
IE7

PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE TOTAL NOS TRANSPORTES PÚBLICOS

Caracterização da Iniciativa

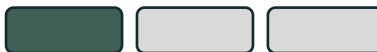
FILANTROPIA

ADVOCACY

Impacto



Facilidade de Implementação



Prazo

> Em contínuo

Associação com Eixos Estratégicos e Objetivos da ENIPD

> EE2 - Promoção de um ambiente inclusivo – OG1

Justificação: O acesso pleno aos transportes públicos representa um requisito fundamental para a inclusão e participação plena das PcD na vida social e económica. Apesar dos avanços verificados a este nível, os requisitos de acessibilidade previstos no Decreto-Lei nº82/2022, que Transpõe a Diretiva (UE) 2019/882, relativa aos requisitos de acessibilidade de produtos e serviços, não estão a ser plenamente assegurados, persistindo barreiras físicas, sensoriais e informativas que comprometem a mobilidade autónoma de PcD, especialmente de pessoas com mobilidade reduzida, tornando urgente a adoção de uma estratégia nacional coordenada, que assegure uma acessibilidade total e universal na rede de transportes públicos.

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- > Promover a realização de um **levantamento nacional exaustivo** descentralizado pelas autarquias locais sobre o estado atual da **acessibilidade nos sistemas de transportes públicos**, incluindo **veículos, estações intermodais e outros pontos de paragem** de todas as tipologias de transportes, com o objetivo de **identificar constrangimentos** e definir **metas e prioridades** para se atingir uma **acessibilidade total em todo o sistema de transporte público**;
- > Incentivar a **integração de cláusulas obrigatórias de acessibilidade para os fabricantes** e, nos **contratos de concessão** para operadores de transporte público, prevendo **mecanismos de fiscalização e penalização progressiva** em caso de incumprimento;
- > Estabelecer **metas temporais concretas para a renovação de frotas e requalificação de infraestruturas**, com base nos dados recolhidos, priorizando territórios com **maiores défices de acessibilidade** e; fomentar a **participação ativa de organizações representativas de PcD** na definição de **padrões de acessibilidade nos transportes** e monitorização da sua implementação.

Racional de Orçamentação (alto-nível)

TO BE CONFIRMED

Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social**; Ministério das Infraestruturas e da Habitação; Me-CDPD; Autoridade da Mobilidade e dos Transportes; Operadores de Transporte Público; CIMs; Câmaras Municipais.

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Percentagem de veículos adaptados nos sistemas de transportes públicos; Percentagem de estações intermodais e pontos de paragem de transportes públicos adaptados e acessíveis; Número de não conformidades de acessibilidade identificadas e resolvidas.

Nota: O prazo definido baseia-se no trabalho de *Advocacy* da RCS, excluindo-se o prazo de implementação da iniciativa pelas entidades competentes.



P2 IE1

REFORÇO DO GRUPO DE TRABALHO ESPECIALIZADO NA EMPREGABILIDADE DE PCD NO ODDH (1/2)

Caracterização da Iniciativa

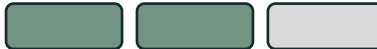
FILANTROPIA

ADVOCACY

Impacto



Facilidade de Implementação



Prazo

> 3 anos

Associação com Eixos Estratégicos e Objetivos da ENIPD

> EE4 - Trabalho, Emprego e Formação Profissional – OG1; EE8 - Conhecimento, Investigação, Inovação e Desenvolvimento – OG1

Justificação: A inexistência de um núcleo técnico dedicado ao estudo sistemático e à avaliação contínua das políticas de empregabilidade de PcD fragiliza a capacidade do Estado em desenvolver medidas ajustadas e eficazes neste domínio. O reforço do grupo de trabalho especializado no acompanhamento e avaliação das políticas de Empregabilidade de PcD inserido no Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH) permitirá consolidar dados, acompanhar resultados, emitir recomendações e servir como uma plataforma técnica e consultiva para o reforço da inclusão laboral das PcD, reforçando assim o papel do Observatório enquanto entidade independente de referência em matéria de direitos humanos.

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- > Promover o **reforço do grupo de trabalho do ODDH**, através de uma equipa multidisciplinar especializada em empregabilidade de Pessoas com Deficiência, com competências em **análise e avaliação de políticas públicas, estatística social e investigação aplicada à inclusão laboral** de PcD.
 - **Implementação de um modelo de monitorização contínua das políticas, incentivos e programas de apoio à empregabilidade de PcD**, com base em **indicadores robustos e relatórios públicos periódicos** (anuais);
- > Desenvolvimento de **uma interface pública acessível**, que funcione como um **repositório de dados e informação**, com **dashboards** interativos sobre o **panorama atual da empregabilidade de PcD a nível nacional**, garantindo **transparência e disseminação do conhecimento produzido**;

Racional de Orçamentação (alto-nível)

- > Encargos salariais da equipa multidisciplinar especializada no acompanhamento e avaliação das políticas de empregabilidade de PcD no ODDH (345.289,04€ para um período temporal de 3 anos);
- > Desenvolvimento de plataforma de monitorização contínua de apoios, benefícios e políticas públicas, com bases de dados e *dashboards* de métricas permanentes numa *interface* pública acessível; desenvolvimento de parcerias, produção de materiais de disseminação; e custos de manutenção e atualização da plataforma nos 2 anos seguintes ao desenvolvimento (272.586,71€).

Nota: Esta estimativa orçamental exclui as despesas de funcionamento correntes para além do período temporal de 3 anos.

Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social; ODDH; Me-CDPD; IEFP; INR; Universidades e Centros de Investigação; ONGs; Sindicatos, Associações e Confederações Empresariais.**

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de sessões de auscultação realizadas por ano; Número de apoios, incentivos e programas monitorizados; Percentagem de apoios efetuados em relação ao número de candidaturas; Número de recomendações do núcleo de Empregabilidade do Observatório incorporadas em políticas públicas.



P2 IE1

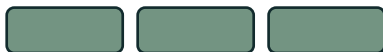
REFORÇO DO GRUPO DE TRABALHO ESPECIALIZADO NA EMPREGABILIDADE DE PCD NO ODDH (2/2)

Caracterização da Iniciativa

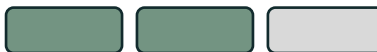
FILANTROPIA

ADVOCACY

Impacto



Facilidade de Implementação



Prazo

> 3 anos

Associação com Eixos Estratégicos e Objetivos da ENIPD

> EE4 - Trabalho, Emprego e Formação Profissional – OG1; EE8 - Conhecimento, Investigação, Inovação e Desenvolvimento – OG1

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- > Realização de **auscultações regulares** junto de organizações representativas de PcD, sindicatos e associações empresariais, contribuindo para uma **leitura qualificada e participada dos desafios e oportunidades** neste campo;
- > Promover o papel deste **grupo de trabalho especializado na empregabilidade do Observatório** enquanto **órgão consultivo** junto do Governo, assegurando a sua **participação na formulação de medidas, legislação e programas públicos** dirigidos à Empregabilidade de PcD.

Racional de Orçamentação (alto-nível)

- > Encargos salariais da equipa multidisciplinar especializada no acompanhamento e avaliação das políticas de empregabilidade de PcD no ODDH (345.289,04€ para um período temporal de 3 anos);
- > Desenvolvimento de plataforma de monitorização contínua de apoios, benefícios e políticas públicas, com bases de dados e *dashboards* de métricas permanentes numa *interface* pública acessível; desenvolvimento de parcerias, produção de materiais de disseminação; e custos de manutenção e atualização da plataforma nos 2 anos seguintes ao desenvolvimento (272.586,71€).

Nota: Esta estimativa orçamental exclui as despesas de funcionamento correntes para além do período temporal de 3 anos.

Entidade responsável e outras entidades a envolver

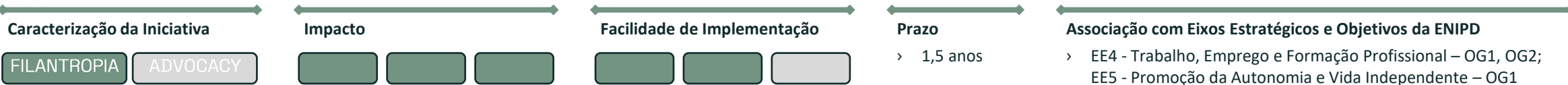
- > **Rede Capital Social; ODDH; Me-CDPD; IEFP; INR; Universidades e Centros de Investigação; ONGs; Sindicatos, Associações e Confederações Empresariais.**

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de sessões de auscultação realizadas por ano; Número de apoios, incentivos e programas monitorizados; Percentagem de apoios efetuados em relação ao número de candidaturas; Número de recomendações do núcleo de Empregabilidade do Observatório incorporadas em políticas públicas.



P2 IE2 REPOSITÓRIO DE INFORMAÇÃO DE APOIO À COMPREENSÃO DA DEFICIÊNCIA, À PcD E AO EMPREGADOR (1/2)



Justificação: Atualmente, a informação sobre deficiência, direitos das Pessoas com Deficiência e apoios disponíveis para empregadores encontra-se dispersa, sendo muitas vezes difícil de compreender, criando barreiras tanto para as PcD e suas famílias sobre benefícios e apoios existentes, como para empregadores que querem contratar PcD e adotar práticas inclusivas. Deste modo, a criação de um repositório com informação centralizada, clara e acessível ajudará a esclarecer a Deficiência, facilitar o acesso a direitos e incentivar a contratação inclusiva, promovendo uma sociedade mais informada e inclusiva.

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- > Desenvolvimento de uma **base de dados online interativa**, com **linguagem acessível e mecanismos de pesquisa intuitivos**, organizada em **três módulos principais** (um módulo genérico e dois módulos específicos).
 - **Módulo de Compreensão da Deficiência:** disponibilização de conteúdos informativos sobre os diferentes tipos de deficiência e doenças crónicas incapacitantes (sintomas, impactos diários, adaptações possíveis), direitos das PcD, estratégias de inclusão e guias de linguagem inclusiva;
 - **Módulo para PcD e Familiares de PcD:** centralização de informação útil abrangendo diferentes serviços públicos sobre apoios sociais, medidas de apoio ao emprego e formação profissional, benefícios sociais, fiscais e legais, bem como a disponibilização de um mapa interativo com contactos de ONGs de apoio especializadas e outras informações práticas como por exemplo a explicação clara do processo de obtenção do Atestado Médico de Incapacidade Multiuso (AMIM);

Racional de Orçamentação (alto-nível)

- > A orçamentação da medida contempla os custos com a contratação de uma consultora ou entidade especializada para o levantamento abrangente da informação diversificada pelos diferentes sistemas e serviços públicos e, o desenvolvimento da base de dados, incluído a produção e apresentação de conteúdos acessíveis e interativos para os três módulos (genérico, PcD/famílias, empregadores), estimando-se um custo entre 280.000€ e 300.000€.

Nota: O racional de orçamentação apresentado não contempla os custos associados à manutenção técnica da base de dados e à atualização periódica dos conteúdos informativos, os quais deverão ser posteriormente assegurados pela Valor T, enquanto entidade responsável pela gestão continuada da plataforma.

Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social; Valor T;** IEFP; INR; ISS; SNS; Me-CDPD; ONGs; Associação EPIS; Universidades e Centros de Investigação

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Percentagem de completude da base de dados; Número de acessos mensais à plataforma; Número de *posts* mensais nos fóruns de discussão temáticos.



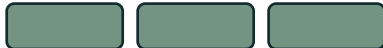
P2 IE2 REPOSITÓRIO DE INFORMAÇÃO DE APOIO À COMPREENSÃO DA DEFICIÊNCIA, À PcD E AO EMPREGADOR (2/2)

Caracterização da Iniciativa

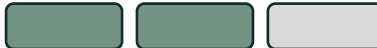
FILANTROPIA

ADVOCACY

Impacto



Facilidade de Implementação



Prazo

> 1,5 anos

Associação com Eixos Estratégicos e Objetivos da ENIPD

- > EE4 - Trabalho, Emprego e Formação Profissional – OG1, OG2;
- EE5 - Promoção da Autonomia e Vida Independente – OG1

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- **Módulo para Empregadores Inclusivos:** centralização de informação e explicação sobre políticas em vigor e obrigações legais; benefícios associados à contratação de PcD; programas, apoios e incentivos financeiros existentes para a contratação de Pessoas com Deficiência; bem como guias práticos para a candidatura a apoios e códigos de boas práticas de inclusão e integração de PcD (ex. Manual de Boas Práticas no Terreno da Associação EPIS);
- > **Promover a inclusão de *User Stories*, guias interativos e vídeos práticos dentro dos módulos específicos** que ilustrem situações reais, de forma a tornar a informação mais contextualizada e fácil de aplicar;
- > Disponibilizar uma **secção de fóruns de discussão** dentro de cada um dos módulos específicos, organizados por temas, **permitindo o esclarecimento colaborativo de dúvidas frequentes**, bem como a **divulgação de boas práticas**;
- > Assegurar a **atualização contínua da base de dados**, em articulação com as entidades públicas e ONGs e outras associações representativas, **garantindo fiabilidade e atualidade da informação**.

A execução desta iniciativa ficará inicialmente a cargo da Rede Capital Social, que lançará um aviso para a contratação de uma consultora especializada para o desenvolvimento do projeto. Concluída a fase de desenvolvimento, a Base de Dados será formalmente transferida para a Valor T, que assumirá, de forma permanente, a gestão, manutenção técnica e atualização contínua da plataforma, assegurando a sua adequação às necessidades informativas e operacionais dos utilizadores.

Racional de Orçamentação (alto-nível)

- > A orçamentação da medida contempla os custos com a contratação de uma consultora ou entidade especializada para o levantamento abrangente da informação diversificada pelos diferentes sistemas e serviços públicos e, o desenvolvimento da base de dados, incluído a produção e apresentação de conteúdos acessíveis e interativos para os três módulos (genérico, PcD/famílias, empregadores), estimando-se um custo entre 280.000€ e 300.000€.

Nota: O racional de orçamentação apresentado não contempla os custos associados à manutenção técnica da base de dados e à atualização periódica dos conteúdos informativos, os quais deverão ser posteriormente assegurados pela Valor T, enquanto entidade responsável pela gestão continuada da plataforma.

Entidade responsável e outras entidades a envolver

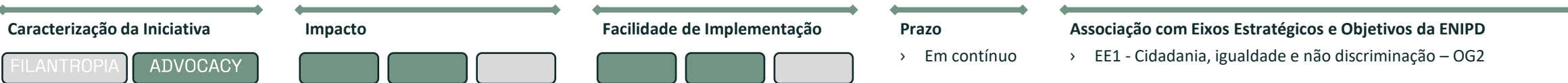
- > **Rede Capital Social; Valor T;** IEFP; INR; ISS; SNS; Me-CDPD; ONGs; Associação EPIS; Universidades e Centros de Investigação

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Percentagem de completude da base de dados; Número de acessos mensais à plataforma; Número de *posts* mensais nos fóruns de discussão temáticos.



P2 IE3 FORMAÇÃO CONTÍNUA DE QUADROS E REVISÃO DE PROCESSOS E INTEROPERABILIDADE ENTRE OS SISTEMAS

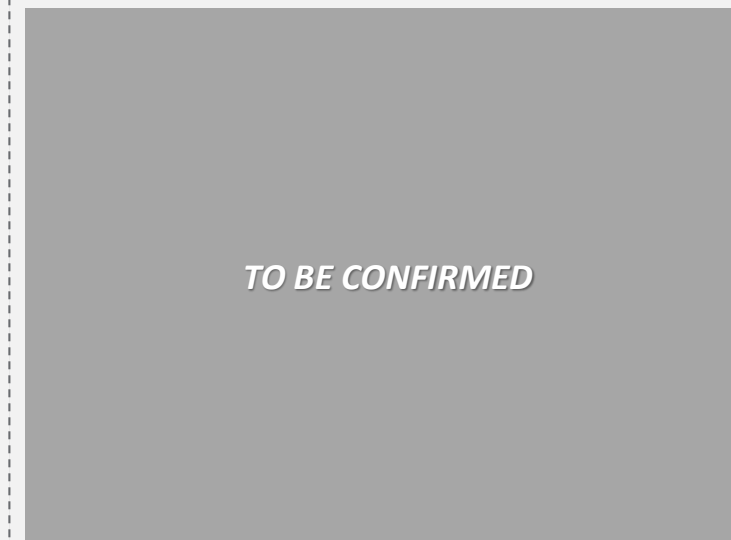


Justificação: A existência de múltiplos sistemas de informação isolados e a ausência de formação específica regular a técnicos dos organismos públicos comprometem a rapidez e a qualidade da resposta a PcD. A interoperabilidade entre plataformas e a capacitação contínua dos profissionais são fundamentais para centralizar e partilhar informação entre os diversos sistemas de forma segura e agilizar procedimentos como por exemplo o Atestado Médico de Incapacidade Multiuso (AMIM), garantindo assim um serviço mais eficiente e inclusivo.

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- > Incentivar a **elaboração de conteúdos formativos e promover a formação obrigatória e contínua** dos quadros da Administração Pública, com enfoque nos **direitos e inclusão de Pessoas com Deficiência, práticas de comunicação inclusiva, e alinhado com o modelo de direitos humanos preconizado pela CDPD**. Fornecer ainda uma **visão geral atual das políticas de apoio**, de forma a melhor **orientar as Pessoas com Deficiência** para os apoios de que necessitam.
- > Fomentar a **criação de um sistema interoperável entre as plataformas e os sistemas do IEFP, ISS, INR, SNS e Autoridade Tributária**, assegurando assim a **partilha de informação e cruzamento de dados** de forma segura e, em tempo real;
 - De forma complementar, deve-se promover a **revisão e simplificação dos processos internos**, nomeadamente os associados ao **AMIM**, promovendo o **cruzamento automático de dados** entre o ISS e a aplicação SNS 24, e capacitando as **juntas médicas para a digitalização de toda a informação relativa ao AMIM**.

Racional de Orçamentação (alto-nível)



Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social;** Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Me-CDPD; Universidades e Centros de Investigação; ISS; INR; IEFP; Autoridade Tributária; SNS 24.

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de formações realizadas anualmente; Número e taxa de profissionais formados; Número de sistemas integrados em funcionamento.

Nota: O prazo definido baseia-se no trabalho de *Advocacy* da RCS, excluindo-se o prazo de implementação da iniciativa pelas entidades competentes.



P2
IE4

PLATAFORMA DE EMPREGABILIDADE INCLUSIVA

Caracterização da Iniciativa

FILANTROPIA

ADVOCACY

Impacto



Facilidade de Implementação



Prazo

> Em contínuo

Associação com Eixos Estratégicos e Objetivos da ENIPD

> EE4 - Trabalho, Emprego e Formação Profissional – OG1

Justificação: A fragmentação atual entre IEFP, Valor T e ONGs regionais dificulta a coordenação eficaz de oportunidades e a colocação de candidatos com deficiência por via de atrasos e identificação desajustada face aos requisitos das vagas inseridas pelos empregadores. Deste modo, o desenvolvimento e bom funcionamento de uma plataforma digital integrada, apresenta um forte potencial, uma vez que permitirá centralizar perfis, cruzar de forma mais precisa candidatos e vagas e reforçar a cooperação entre todos os intervenientes, promovendo respostas mais ajustadas, rápidas e inclusivas.

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- > Incentivar um **investimento estratégico e focado na plataforma de empregabilidade inclusiva**, o qual deverá passar por:
 - Fomentar a elaboração de **perfis individualizados de candidatos com Deficiência**, com base nos **diagnósticos das juntas médicas** e outros **diagnósticos técnicos funcionais e vocacionais** realizados nos centros de emprego e validados pelas ONGs locais;
 - Promover a implementação de um **sistema de *matching* inteligente**, através da pesquisa por palavras-chave com recurso a IA, **entre vagas e perfis de candidatos**, em parceria com Valor T, IEFP e ONGs, através de **algoritmos que combinem competências e experiência específicas de PcD e descritivos de funções das vagas** anunciadas;
- > Reforçar a **articulação entre IEFP, Valor T e ONGs locais**, de modo a que estas últimas **validem os perfis mais adequados para cada vaga após um pré-processamento** realizado pelo *matching* inteligente.

Racional de Orçamentação (alto-nível)



Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social**; Valor T; Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; IEFP; ONGs; ISS; Universidades e Centros de Investigação; Me-CDPD.

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de perfis individualizados de PcD registados; Percentagem de correspondências de vagas que evoluem para entrevistas; Taxa de colocação de PcD em emprego através da plataforma após 3 e 6 meses; Tempo médio entre o registo do candidato (criação do perfil individual) e colocação.

Nota: O prazo definido baseia-se no trabalho de *Advocacy* da RCS, excluindo-se o prazo de implementação da iniciativa pelas entidades competentes.



P2
IE5

PROGRAMA NACIONAL DE *JOB COACHING* PROFISSIONAL (1/2)

Caracterização da Iniciativa

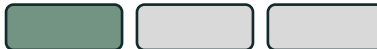
FILANTROPIA

ADVOCACY

Impacto



Facilidade de Implementação



Prazo

› Em contínuo

Associação com Eixos Estratégicos e Objetivos da ENIPD

› EE4 - Trabalho, Emprego e Formação Profissional – OG2

Justificação: Não obstante a existência de diversos instrumentos de apoio à integração laboral de PcD em Portugal e ainda do esforço realizado ao nível da criação da figura do “Mediador para o Emprego”, verifica-se que a dispersão de recursos e desconhecimentos de políticas, metodologias e abordagens dificulta a articulação e o acompanhamento efetivo de PcD e empregadores. Nesse sentido, torna-se urgente a criação de um modelo unificado e simplificado, alinhado com as melhores práticas internacionais, que assegurem um acompanhamento especializado e individualizado tanto às Pessoas com Deficiência como aos Empregadores, facilitando todo o processo de orientação vocacional, contratação, formação e integração no posto de trabalho e, progressão na carreira.

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- › Introduzir e institucionalizar a **figura do Job Coach certificado**, formalmente integrado nos **Gabinetes de Inserção Profissional (GIP)**, como ponto único de contacto para todos os **apoios destinados a Pessoas com Deficiência em processo de procura de emprego** e para **empregadores que pretendam preencher vagas com PcD**. Este profissional será **acionado** sempre que exista a **possibilidade de integração numa vaga disponível**, seja através do *matching* efetuado pela plataforma de empregabilidade inclusiva, seja por via da contratação espontânea de PcD em outros portais de emprego, assegurando assim um **fluxo de trabalho harmonizado e de fácil acesso**, através da **simplificação e centralização de todos os apoios** nesta figura. Os objetivos e funções principais deste *Job Coach* consistem em:

Racional de Orçamentação (alto-nível)

TO BE CONFIRMED

Entidade responsável e outras entidades a envolver

- › **Rede Capital Social**; Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Me-CDPD; GIPs; CIMs; Câmaras Municipais; IEFPP; Valor T.

Indicadores de Monitorização e Performance

- › Número de PcD e empregadores acompanhados por *job coach* e integradas em emprego; Rácio de PcD acompanhadas por *job coach*; Taxa de retenção no mesmo posto de trabalho ao fim de 12 meses; Tempo médio entre a inscrição no programa de apoio e início da atividade profissional; Grau de satisfação das PcD e empregador com o acompanhamento.

Nota: O prazo definido baseia-se no trabalho de *Advocacy* da RCS, excluindo-se o prazo de implementação da iniciativa pelas entidades competentes.



P2
IE5

PROGRAMA NACIONAL DE *JOB COACHING* PROFISSIONAL (2/2)

Caracterização da Iniciativa

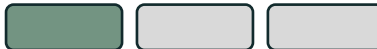
FILANTROPIA

ADVOCACY

Impacto



Facilidade de Implementação



Prazo

› Em contínuo

Associação com Eixos Estratégicos e Objetivos da ENIPD

› EE4 - Trabalho, Emprego e Formação Profissional – OG2

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- **Acompanhar de forma personalizada** a PcD e a entidade empregadora ao longo de todo o ciclo laboral, desde a oferta de orientação vocacional e apoio na procura de emprego à PcD, recrutamento, integração e adaptação do posto de trabalho com a prestação de apoio técnico aos empregadores na realização de candidaturas, formação *on-the-site* até à formação contínua e progressão profissional;
 - **Gerir**, de forma **contínua e especializada**, uma **carteira de PcD**, seja através do **acompanhamento em processos de inserção no mercado de trabalho**, seja através da **prestação apoio na adaptação a novas funções**, e **aconselhamento** profissional;
 - Implementar **modelos descentralizados de acompanhamento** que permitam **respostas ágeis e adaptadas às especificidades locais**;
 - *Países que servem de referência na aplicação de metodologias semelhantes: Noruega, Bélgica, Países Baixos, França e Espanha;*
- › **Promover campanhas de formação especializada e certificada** para estes *Job Coaches*, a ministrar em parceria entre a Valor T e o IEFP, com conteúdos modulares que abrangem a formação em **direitos humanos, políticas e apoios, técnicas de mediação** junto de empresas e **metodologias de inclusão sustentável de PcD**, assegurando um elevado nível de qualidade e uniformidade na prestação do apoio.

Racional de Orçamentação (alto-nível)

TO BE CONFIRMED

Entidade responsável e outras entidades a envolver

- › **Rede Capital Social**; Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Me-CDPD; GIPs; CIMs; Câmaras Municipais; IEFP; Valor T.

Indicadores de Monitorização e Performance

- › Número de PcD e empregadores acompanhados por *job coach* e integradas em emprego; Rácio de PcD acompanhadas por *job coach*; Taxa de retenção no mesmo posto de trabalho ao fim de 12 meses; Tempo médio entre a inscrição no programa de apoio e início da atividade profissional; Grau de satisfação das PcD e empregador com o acompanhamento.

Nota: O prazo definido baseia-se no trabalho de *Advocacy* da RCS, excluindo-se o prazo de implementação da iniciativa pelas entidades competentes.



P3
IE1

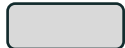
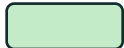
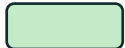
PROGRAMA ESCOLA INCLUSIVA (1/2)

Caracterização da Iniciativa

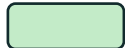
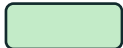
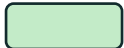
FILANTROPIA

ADVOCACY

Impacto



Facilidade de Implementação



Prazo

> 3 anos

Associação com Eixos Estratégicos e Objetivos da ENIPD

> EE3 - Educação e Qualificação – OG1

Justificação: A escola continua a ser para muitas crianças e jovens com deficiência, um espaço de desigualdade, preconceito e exclusão persistindo práticas pedagógicas desajustadas, falta de formação técnica por parte dos profissionais, bem como uma cultura escolar que nem sempre promove a empatia e a diversidade. Deste modo, e tendo por base o eixo estratégico da Inclusão de Pessoas com Deficiência previsto no Programa do XXV Governo Constitucional (2025), de fomentar a educação inclusiva desde idade precoce, designadamente através das medidas específicas para conceder, a todos os alunos, acesso ao currículo e a materiais adaptados, para que progridam nas aprendizagens, sempre que possível em contexto de turma; e de contemplar, na formação de professores, a deficiência e a diferenciação pedagógica, o Programa Escola Inclusiva visa reforçar a sensibilização e literacia sobre a deficiência junto de toda a comunidade educativa (a começar pelos alunos), promovendo ambientes escolares verdadeiramente acessíveis, equitativos e promotores da participação plena de todas as crianças.

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- > Promover a **integração de conteúdos sobre Deficiência, Empatia, Inclusão e Diversidade nos programas de educação inerentes à disciplina de Cidadania**, em colaboração com ONGs, através do **desenvolvimento de conteúdos digitais e materiais interativos** e posterior **sensibilização e disseminação destes materiais pelos professores** de escolas parceiras da Teach for Portugal;

Racional de Orçamentação (alto-nível)

- > Desenvolvimento de conteúdos e materiais digitais (50.000€-70.000€): criação, produção, validação pedagógica, e disseminação dos conteúdos sobre deficiência e inclusão, a integrar na disciplina de Cidadania, em articulação com escolas parceiras da Teach for Portugal;
- > Ciclos de formação com equipa formadora multidisciplinar itinerante composta por 2 elementos para a realização de 90+ ações de formação ao longo de 3 anos (170.000€-190.000€; incluindo deslocações, alojamento, conceção de materiais e outros conteúdos formativos e certificação das formações via Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho).

Nota: O orçamento exclui eventuais custos de escalabilidade ou permanência futura.

Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social**; **ONGs**; Teach for Portugal; Escolas Básicas e Secundárias.

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de conteúdos digitais desenvolvidos; Número de ações de sensibilização e disseminação de conteúdos a Escolas; Número de ações de formação e participantes; Número de certificações emitidas a professores, auxiliares e assistentes operacionais.



P3 IE1 PROGRAMA ESCOLA INCLUSIVA (2/2)

Caracterização da Iniciativa

FILANTROPIA

ADVOCACY

Impacto



Facilidade de Implementação



Prazo

> 3 anos

Associação com Eixos Estratégicos e Objetivos da ENIPD

> EE3 - Educação e Qualificação – OG1

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- A presente linha de ação, pressupõe o **lançamento de um aviso nacional de financiamento a ONGs** especializadas, com critérios claros (ex.: diversidade e qualidade de conteúdos desenvolvidos) para o **desenvolvimento e disseminação de conteúdos educativos, orientados para crianças e jovens**, de sensibilização para a Deficiência, desconstrução de preconceitos, estigmas e fomentar a valorização da diversidade humana desde cedo;
- > Desenvolver e implementar **ciclos de formação regulares sobre a Diversidade, Empatia, Deficiência e a sua normalização**, com **equipas multidisciplinares** itinerantes que incluam **Pessoas com Deficiência**, dirigidos a todo o Ecosistema Escolar (alunos, docentes, assistentes operacionais e familiares de alunos). O objetivo destas formações é de promover uma abordagem vivencial empática e transformadora da inclusão; enquanto serão **assegurados mecanismos de certificação para docentes, auxiliares e assistentes operacionais que completem a formação**, valorizando a sua formação contínua e incentivando o seu envolvimento ativo;
- A execução da presente linha de atuação ficará a cargo da RCS, que lançará um aviso para a contratação de uma ONG especializada com critérios claros para o **desenvolvimento dos ciclos de formação**.

Racional de Orçamentação (alto-nível)

- > Desenvolvimento de conteúdos e materiais digitais (50.000€-70.000€): criação, produção, validação pedagógica, e disseminação dos conteúdos sobre deficiência e inclusão, a integrar na disciplina de Cidadania, em articulação com escolas parceiras da Teach for Portugal;
- > Ciclos de formação com equipa formadora multidisciplinar itinerante composta por 2 elementos para a realização de 90+ ações de formação ao longo de 3 anos (170.000€-190.000€; incluindo deslocações, alojamento, conceção de materiais e outros conteúdos formativos e certificação das formações via Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho).

Nota: O orçamento exclui eventuais custos de escalabilidade ou permanência futura.

Entidade responsável e outras entidades a envolver

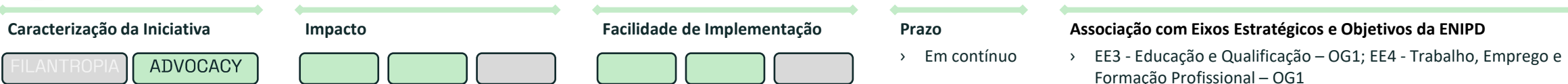
- > **Rede Capital Social**; **ONGs**; Teach for Portugal; Escolas Básicas e Secundárias.

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de conteúdos digitais desenvolvidos; Número de ações de sensibilização e disseminação de conteúdos a Escolas; Número de ações de formação e participantes; Número de certificações emitidas a professores, auxiliares e assistentes operacionais.



P3 IE2 PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO ATIVO E PREPARAÇÃO DA TRANSIÇÃO ESCOLA-TRABALHO (1/2)

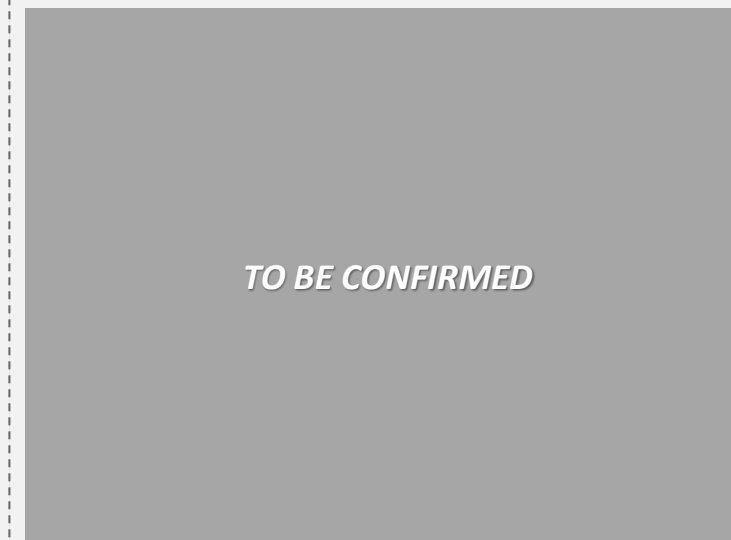


Justificação: A atual articulação entre os Planos Individuais de Transição (PIT) nas escolas e os serviços de inserção profissional revela-se fragmentada, comprometendo o acompanhamento eficaz e necessário das PcD. Deste modo, a presente medida propõe um acompanhamento coordenado e contínuo entre Centros de Recursos para a Inclusão (CRI), Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) e ONGs, que garanta uma transição eficaz das responsabilidades e serviços de apoios, sem entraves ao nível do acompanhamento transversal e especializado da PcD, sem que ocorram ruturas no apoio à PcD durante os momentos de transição entre serviços. De forma complementar, e tendo por base o eixo estratégico da Inclusão de Pessoas com Deficiência previsto no Programa do XXV Governo Constitucional (2025), de criar um Plano individual de transição que permita a entrada no mercado de trabalho, designadamente através das medidas para introduzir um programa de treino de competências em contexto laboral no Plano Individual de Transição; e criar um plano nacional de apoio a todos os jovens com deficiência na transição da escola para o mercado de trabalho, que passe pela sua profissionalização; a presente iniciativa incentiva o desenvolvimento ou reforço de iniciativas de promoção de experiências socioprofissionais ao longo do acompanhamento.

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- > **Fortalecer a articulação** entre os CRI, os GIP e as ONGs a nível municipal, mediante a definição de protocolos de cooperação, reuniões periódicas e plataformas de partilha de informação que garantam um **acompanhamento transversal e ininterrupto** à PcD;

Racional de Orçamentação (alto-nível)



Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social;** Centros de Recursos para a Inclusão; Gabinetes de Inserção Profissional; ONGs; Empresas; Me-CDPD.

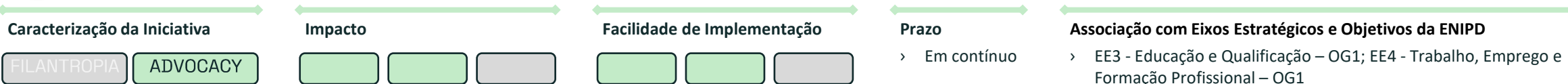
Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de Planos Individuais de Transição acompanhados; Número de PcD apoiados pelos Gabinetes de Inserção Profissional; Grau de satisfação das PcD e com o processo de transição; Número de PcD acompanhadas que tiveram experiências profissionais anualmente.

Nota: O prazo definido baseia-se no trabalho de *Advocacy* da RCS, excluindo-se o prazo de implementação da iniciativa pelas entidades competentes.



P3 IE2 PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO ATIVO E PREPARAÇÃO DA TRANSIÇÃO ESCOLA-TRABALHO (2/2)



Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- Promover a definição e disseminação de um código de boas práticas que regule a interação e transferência de responsabilidade dos CRI para os GIP, assegurando o envolvimento de ONGs acompanhantes da PcD durante o período de transição dos apoios, através do estabelecimento de padrões claros de documentação, prazos e procedimentos, **garantindo uma transição eficaz e articulada;**
- > Incentivar a criação e/ou reforço de iniciativas de ONGs especializadas (ex. CompIT do Inclusive Community Forum) para a **promoção de experiências socioprofissionais para PcD acompanhadas** a nível nacional, que vise a aprendizagem de funções básicas laborais e o desenvolvimento de competências sociais e transversais em local de trabalho, mediante o estabelecimento de protocolos de cooperação entre Empresas e Escolas.

Racional de Orçamentação (alto-nível)



Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > Rede Capital Social; Centros de Recursos para a Inclusão; Gabinetes de Inserção Profissional; ONGs; Empresas; Me-CDPD.

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de Planos Individuais de Transição acompanhados; Número de PcD apoiados pelos Gabinetes de Inserção Profissional; Grau de satisfação das PcD e com o processo de transição; Número de PcD acompanhadas que tiveram experiências profissionais anualmente.

Nota: O prazo definido baseia-se no trabalho de *Advocacy* da RCS, excluindo-se o prazo de implementação da iniciativa pelas entidades competentes.



P3
IE3

PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO PARA A AUTONOMIA E CONFIANÇA (1/2)

Caracterização da Iniciativa

FILANTROPIA

ADVOCACY

Impacto



Facilidade de Implementação



Prazo

> 3 anos

Associação com Eixos Estratégicos e Objetivos da ENIPD

> EE5 - Promoção da Autonomia e Vida Independente – OG1

Justificação: A promoção da autonomia e da confiança é um pilar essencial para a empregabilidade sustentável das Pessoas com Deficiência. A evidência demonstra que o sucesso na inserção escolar e/ou profissional não depende exclusivamente de competências técnicas, mas também de fatores como autoestima, confiança, competências sociais e redes de apoio. Adicionalmente, o contacto direto entre PcD e a sociedade, nomeadamente em contextos educativos e profissionais, contribui para a desconstrução de estigmas e para o desenvolvimento de uma cultura de inclusão. Deste modo, a presente iniciativa pretende colmatar as lacunas ao nível da confiança e autoestima, fomentando a capacitação holística das PcD, e a criação de experiências transformadoras com impacto social duradouro.

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- > **Promover dinâmicas de orientação em pares** (uma Pessoa com Deficiência e uma Pessoa sem Deficiência, numa metodologia semelhante ao *Peer2Peer*) em Escolas Secundárias que promovam o **encontro de Pessoas com e sem Deficiência na mesma fase de vida, fomentando a autoestima, a autonomia, a literacia profissional e, competências transversais e sociais** que lhes permitam decidir, de forma consciente e informada, sobre o seu futuro escolar e/ou profissional;
 - A presente linha de atuação, através do **lançamento de um aviso nacional de financiamento a ONGs**, com critérios claros (ex.: número de beneficiários diretos, número e duração das sessões de orientação com facilitador), **visa apoiar projetos** que, por um lado **promovam uma maior confiança na tomada de decisão**, e, por outro, **umentem a empatia da sociedade civil por via da normalização da Deficiência**.

Racional de Orçamentação (alto-nível)

- > Financiamento de projetos de orientação em pares promovidos por ONGs em pelo menos 10 Escolas Secundárias (290.000€ - 310.000€ por projeto, que inclui os encargos salariais de 1 *project manager* e 2 facilitadores para a implementação do projeto com um período temporal de 3 anos).
- > Implementação de uma *fellowship* com um custo estimado de 550.000€-570.000€ para um piloto com 50 participantes (inclui os encargos salariais com um formador responsável pelo programa capacitação e tutoria e a prestação de um apoio financeiro de 3000€ anuais de forma a cobrir parte das despesas com propinas, materiais, transporte, entre outros, num período temporal de 3 anos).

Nota: O orçamento exclui eventuais custos de escalabilidade ou permanência futura.

Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social; ONGs;** Escolas Secundárias; Empresas; Universidades e Centros de Investigação.

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de beneficiários/PcD diretos do projeto; Número de entidades parceiras; Número de sessões realizadas, Número de pessoas apoiadas no âmbito da *fellowship*.



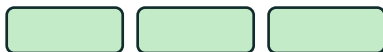
P3 IE3 PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO PARA A AUTONOMIA E CONFIANÇA (2/2)

Caracterização da Iniciativa

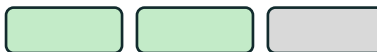
FILANTROPIA

ADVOCACY

Impacto



Facilidade de Implementação



Prazo

> 3 anos

Associação com Eixos Estratégicos e Objetivos da ENIPD

> EE5 - Promoção da Autonomia e Vida Independente – OG1

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- > Desenvolvimento de um **projeto para a criação de uma *fellowship* nacional dirigida a Pessoas com Deficiência**, focada na **capacitação para a autonomia** de PcD, por via da criação de um piloto para a **prestação de apoios financeiros** anuais de forma a incentivar a educação superior destas pessoas, aliada a **programas de capacitação e tutoria**.
 - Esta linha de atuação, através do **reforço da abrangência e sustentabilidades de iniciativas já existentes** (ex. Bolsas Sociais da Associação EPIS) visa **apoiar pelo menos 50 Pessoas com Deficiência**, com **menores oportunidades socioeconómicas**, que demonstrem **motivação** para o **prosseguimento de estudos no ensino superior** e para a **participação em programas de capacitação e tutoria**, garantindo assim um **impacto efetivo na promoção da inclusão educativa** e na sua **plena inserção na sociedade**. No que respeita à atribuição dos apoios financeiros, estes destinam-se a cobrir parte das despesas com propinas nos estabelecimentos de ensino, material pedagógico, transporte e outras necessidades específicas, contribuindo para a equidade de oportunidades no percurso formativo destes estudantes.

Racional de Orçamentação (alto-nível)

- > Financiamento de projetos de orientação em pares promovidos por ONGs em pelo menos 10 Escolas Secundárias (290.000€ - 310.000€ por projeto, que inclui os encargos salariais de 1 *project manager* e 2 facilitadores para a implementação do projeto com um período temporal de 3 anos).
- > Implementação de uma *fellowship* com um custo estimado de 550.000€-570.000€ para um piloto com 50 participantes (inclui os encargos salariais com um formador responsável pelo programa capacitação e tutoria e a prestação de um apoio financeiro de 3000€ anuais de forma a cobrir parte das despesas com propinas, materiais, transporte, entre outros, num período temporal de 3 anos).

Nota: O orçamento exclui eventuais custos de escalabilidade ou permanência futura.

Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social**; **ONGs**; Escolas Secundárias; Empresas; Universidades e Centros de Investigação.

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de beneficiários/PcD diretos do projeto; Número de entidades parceiras; Número de sessões realizadas, Número de pessoas apoiadas no âmbito da *fellowship*.



P3
IE4

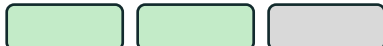
PROGRAMA DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO DE PcD

Caracterização da Iniciativa

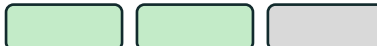
FILANTROPIA

ADVOCACY

Impacto



Facilidade de Implementação



Prazo

> 3 anos

Associação com Eixos Estratégicos e Objetivos da ENIPD

> EE4 - Trabalho, Emprego e Formação Profissional – OG3

Justificação: Apesar de já existirem programas de apoio do IEPF à criação do próprio emprego para Beneficiários de Prestações de Desemprego, as PcD enfrentam desafios específicos como maiores barreiras ao financiamento, limitações no acesso a redes de apoio, e menor literacia empreendedora adaptada às suas realidades; que dificultam a criação e sustentabilidade de negócios próprios. Assim, torna-se essencial o desenvolvimento de um programa dedicado, com apoio técnico especializado, financiamento orientado e acompanhamento contínuo, capaz de responder às suas necessidades específicas e fomentar a autonomia económica e das suas iniciativas.

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- > Promover a **criação e/ou reforço de programas de empreendedorismo de PcD** focados na **incubação, aceleração e investimento em projetos e start-ups**; através do **lançamento de um aviso de financiamento para ONGs especializadas** como a Startup Lisboa, Unicorn factory Lisboa, a Maze Impact e, a Casa do Impacto;
 - Apoiar as PcD através **da criação redes**, e do **desenvolvimento de um projeto piloto para o investimento em negócios e start-ups**, numa lógica de **“capital semente”**, complementado com um **apoio técnico especializado ao longo de todo o ciclo de desenvolvimento do projeto**, desde a criação do próprio emprego ou empresa com a capacitação e desenvolvimento de competências empreendedoras e elaboração de planos de negócio, até à consolidação da atividade, assegurando assim um **acompanhamento contínuo e consultoria nas áreas de gestão e operacionalização**.

Racional de Orçamentação (alto-nível)

- > Financiamento de programas de incubação e aceleração promovidos por ONGs especializadas, criação de redes de “capital semente” para PcD empreendedoras e prestação de apoio técnico contínuo à estruturação, gestão e consolidação dos projetos (420.000€-450.000€, estando incluídos os encargos salariais de um consultor especializado por 3 anos, bem como o capital necessário de 300.000€ de forma a apoiar pelo menos 20 empreendedores ao longo de 3 anos).

Nota: O orçamento previsto para esta iniciativa foi concebido para cobrir um período de implementação de três anos, não sendo orçamentado o capital necessário para a manutenção do apoio após este período.

Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social**; **ONGs**; Empresas; Universidades e Centros de Investigação.

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de negócios criados por PcD com apoio do programa; Número de linhas de crédito atribuídas e respetivo montante total alocado; Taxa de sobrevivência dos negócios após 12 e 24 meses



P3
IE5

PROGRAMA InCode - ACADEMIAS DE CÓDIGO PARA PcD

Caracterização da Iniciativa

FILANTROPIA

ADVOCACY

Impacto



Facilidade de Implementação



Prazo

> 3 anos

Associação com Eixos Estratégicos e Objetivos da ENIPD

> EE4 - Trabalho, Emprego e Formação Profissional – OG2

Justificação: Apesar do crescimento das oportunidades no setor tecnológico, as PcD continuam significativamente sub-representadas nesta área. Esta exclusão não reflete uma ausência de talento, mas sim uma combinação de barreiras estruturais, lacunas formativas e falta de oferta especializada acessível. Desta forma, a promoção de uma formação tecnológica estruturada intensiva e acessível orientada para as competências digitais e de programação poderá não só aumentar a empregabilidade das PcD, como também contribuir para uma maior diversidade e inovação no setor.

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- > Promover a **criação e/ou adaptação de Academias de programação específicas para PcD** com metodologias acessíveis, currículos ajustados às necessidades das PcD e módulos de capacitação digital com foco na empregabilidade;
 - A presente linha de ação, através do **lançamento de um aviso nacional de financiamento para entidades formadoras especializadas** como o Politécnico de Santarém e a Escola 42, com critérios claros (ex. ciclos de formação, número de participantes), **visa capacitar as PcD em áreas tecnológicas com formação especializada e avançada através da realização de 2 ciclos de formação por ano, promovendo a empregabilidade de PcD** no setor;
 - Promover o desenvolvimento de **parcerias estratégicas com empresas tecnológicas e consultoras especializadas**, com vista à **integração direta dos participantes das academias** em programas de estágio, ou **colocação profissional** em vagas de programadores, *testers*, analistas funcionais ou outras áreas digitais e tecnológicas.

Racional de Orçamentação (alto-nível)

- > Estimativa de custo para o desenvolvimento e adaptação de conteúdos acessíveis e currículos personalizados, formação de formadores para a Deficiência e, investimento em materiais e ferramentas tecnológicas acessíveis (380.000€ - 420.000€).

Nota: O orçamento previsto para esta iniciativa foi concebido para cobrir um período de implementação de três anos, não sendo orçamentado o capital necessário para a manutenção do apoio após este período.

Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social; Entidades formadoras especializadas;** Empresas; Universidades e Centros de Investigação.

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de negócios criados por PcD com apoio do programa; Número de linhas de crédito atribuídas e respetivo montante total alocado; Taxa de sobrevivência dos negócios após 12 e 24 meses.



P3
IE6

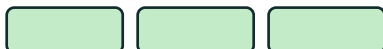
AÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DAS EMPRESAS (1/2)

Caracterização da Iniciativa

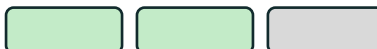
FILANTROPIA

ADVOCACY

Impacto



Facilidade de Implementação



Prazo

> 3 anos

Associação com Eixos Estratégicos e Objetivos da ENIPD

> EE4 - Trabalho, Emprego e Formação Profissional – OG2

Justificação: Apesar dos avanços legislativos e programáticos, persistem estigmas e perceções negativas sobre a empregabilidade de Pessoas com Deficiência no tecido empresarial. A Deficiência é, ainda hoje, frequentemente associada a limitações funcionais e a entraves à produtividade, o que compromete a criação de oportunidades de trabalho inclusivas. Contudo, evidências demonstram que, com as adaptações adequadas, as PcD podem alcançar níveis elevados de desempenho, impulsionar a inovação e contribuir para um ambiente organizacional mais diverso, coeso. Assim, a presente iniciativa visa atuar sobre a perceção empresarial, dotando as organizações de conhecimento, ferramentas e experiências transformadoras, promovendo a adoção de práticas inclusivas sustentáveis.

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- > Lançamento de um **aviso nacional de financiamento a ONGs com experiência em inclusão e empregabilidade**, para a **implementação de um programas de sensibilização e educação empresarial**, através do desenvolvimento de uma **oferta formativa certificada para gestores, profissionais de Recursos Humanos e outros colaboradores**, focada em estratégias de integração de PcD; benefícios fiscais e apoios disponíveis (ex.: Apoio à Colocação e pós-colocação; Adaptação dos Postos de Trabalho); gestão inclusiva e promoção de culturas organizacionais equitativas objetivando a **desconstrução da perceção de custos excessivos e burocracia associada aos mecanismos de apoio à contratação**,
 - O aviso deverá incluir **critérios objetivos de avaliação**, como: número de empresas abrangidas e pessoas certificadas, número de formadores envolvidos e qualidade/ diversidade de conteúdos e metodologias formativas;

Racional de Orçamentação (alto-nível)

- > Desenvolvimento e implementação de programas nacionais de formação a empresas (gestores, RH, quadros intermédios) sobre inclusão de PcD, englobando o desenvolvimento de conteúdos e materiais pedagógicos e certificação das formações; e honorários de 2 formadores para a realização de 100-120 ações de formação incluindo deslocações e alojamento (220.000€-240.000€).
- > Realização de 12 fóruns empresariais para a disseminação de boas práticas e programas de *shadowing* entre empresas (150.000€ e 180.000€, inclui custos com a organização de eventos, curadoria de experiências e produção de casos práticos).

Nota: O orçamento previsto para esta iniciativa foi concebido para cobrir um período de implementação de três anos, não sendo orçamentado o capital necessário para a manutenção do apoio após este período.

Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social; ONGs; Me-CDPD; Empresas; Universidades e Centros de Investigação.**

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de ações de sensibilização realizadas; Número de Empresas formadas; Número de contratações de PcD por empresas formadas; Número de pessoas certificadas; Número de participantes/empresas participantes nos fóruns de partilha de experiências realizados.



P3
IE6

AÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DAS EMPRESAS (2/2)

Caracterização da Iniciativa

FILANTROPIA

ADVOCACY

Impacto



Facilidade de Implementação



Prazo

> 3 anos

Associação com Eixos Estratégicos e Objetivos da ENIPD

> EE4 - Trabalho, Emprego e Formação Profissional – OG2

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- > Lançamento de um **aviso de financiamento a ONGs** para a criação e/ ou reforço de **iniciativas de partilha de experiências entre empregadores**, através da **realização de fóruns empresariais presenciais**, que promovam a **disseminação de boas práticas e casos de sucesso de inclusão** de PcD, **sessões de shadowing** entre empresas (permitindo a observação direta de contextos inclusivos), e **criação de repositórios colaborativos** com testemunhos, vídeos, ferramentas e modelos replicáveis para apoiar outras entidades na integração de PcD,
 - O aviso deverá incluir **critérios objetivos de avaliação**, como: número de empresas abrangidas e participantes, número de dinamizadores envolvidos e qualidade/ diversidade de metodologias para os fóruns de partilha.

Racional de Orçamentação (alto-nível)

- > Desenvolvimento e implementação de programas nacionais de formação a empresas (gestores, RH, quadros intermédios) sobre inclusão de PcD, englobando o desenvolvimento de conteúdos e materiais pedagógicos e certificação das formações; e honorários de 2 formadores para a realização de 100-120 ações de formação incluindo deslocações e alojamento (220.000€-240.000€).
- > Realização de 12 fóruns empresariais para a disseminação de boas práticas e programas de *shadowing* entre empresas (150.000€ e 180.000€, inclui custos com a organização de eventos, curadoria de experiências e produção de casos práticos).

Nota: O orçamento previsto para esta iniciativa foi concebido para cobrir um período de implementação de três anos, não sendo orçamentado o capital necessário para a manutenção do apoio após este período.

Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social**; **ONGs**; Me-CDPD; Empresas; Universidades e Centros de Investigação.

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de ações de sensibilização realizadas; Número de Empresas formadas; Número de contratações de PcD por empresas formadas; Número de pessoas certificadas; Número de participantes/empresas participantes nos fóruns de partilha de experiências realizados.



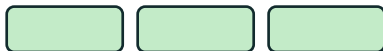
P3 IE7 AÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO E LITERACIA DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (1/2)

Caracterização da Iniciativa

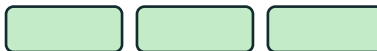
FILANTROPIA

ADVOCACY

Impacto



Facilidade de Implementação



Prazo

> 3 anos

Associação com Eixos Estratégicos e Objetivos da ENIPD

> EE4 - Trabalho, Emprego e Formação Profissional – OG2

Justificação: A sub-representação de Pessoas com Deficiência nos media não decorre da falta de talento, mas da ausência de oportunidades e de preconceitos persistentes nas decisões editoriais e de contratação. Esta invisibilidade compromete uma comunicação verdadeiramente inclusiva e perpetua estigmas. A presença de PcD nas redações e o reforço da literacia sobre a Deficiência junto dos profissionais de comunicação são essenciais para construir um jornalismo mais representativo, acessível e transformador, que reflita a diversidade da sociedade e contribua para a sua sensibilização.

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- > **Capacitação dos órgãos de comunicação social em literacia sobre a Deficiência e linguagem inclusiva**, através da criação de programas formativos que visem promover:
 - A **inclusão de Pessoas com Deficiência nas equipas editoriais**, incentivando os órgãos de comunicação social a **recrutar PcD** para cargos de jornalista ou outros perfis técnicos, sempre que se **identifique talento compatível** com as **funções**;
 - O **incentivo à participação de Pessoas com Deficiência como especialistas e comentadores nos media**, nas suas áreas de conhecimento e interesse, assegurando que o **espaço mediático reflita a pluralidade de vozes** e saberes da sociedade;

Racional de Orçamentação (alto-nível)

- > O programa de prémios prevê a atribuição anual de três prémios monetários a, com valores de 10.000€ para o 1.º prémio, 6.250€ para o 2.º e 3.750€ para o 3.º, totalizando 20.000€ por ano. Considerando um horizonte temporal de três anos, o valor global ascenderia a 60.000€. Este montante cobre exclusivamente os prémios atribuídos, pressupondo-se que os restantes custos associados à organização, comunicação e apoio ao júri multidisciplinar sejam assegurados pela RCS através de parcerias.

Nota: Pressupõe-se que a linha de atuação associada à capacitação dos órgãos de comunicação e desenvolvimento da Lista de PcD por área de especialidade seja implementada diretamente pela equipa interna da Rede Capital Social. Por esse motivo, não foram contabilizados custos adicionais no presente orçamento.

Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social; Órgãos de Comunicação Social; Jornalistas; ONGs; Universidades e Centros de Investigação.**

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de ações de sensibilização realizadas; Número de jornalistas e outros profissionais dos Órgãos de Comunicação capacitados; Número de PcD contratadas pelos Órgãos de Comunicação; Número de PcD registadas na base de dados; Número de PcD envolvidas em fóruns de discussão e entrevistas; Número de peças jornalísticas realizadas; Número de candidaturas ao programa de prémios de jornalismo inclusivo.



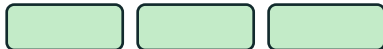
P3 IE7 AÇÃO DE SENSIBILIZAÇÃO E LITERACIA DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (2/2)

Caracterização da Iniciativa

FILANTROPIA

ADVOCACY

Impacto



Facilidade de Implementação



Prazo

> 3 anos

Associação com Eixos Estratégicos e Objetivos da ENIPD

> EE4 - Trabalho, Emprego e Formação Profissional – OG2

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- **Desenvolvimento de uma lista digital disponibilizada pela Rede Capital Social**, que reúna **informações e contactos de Pessoas com Deficiência com competências reconhecidas em diversas áreas** (ciência, política, economia, cultura, desporto, etc.), acessível aos órgãos de comunicação para participação em debates e entrevistas especializados;
 - > Criação de um projeto piloto de **Prémios de Jornalismo para a Inclusão e Diversidade para o triénio 2026-2028**, que reconheça e **valorize jornalistas e órgãos de comunicação social** que se destaquem pela produção de conteúdos informativos, investigativos ou opinativos de qualidade sobre **temáticas relacionadas com a Deficiência, Inclusão e Diversidade**;
 - Pressupõe-se a **criação de um júri multidisciplinar, coordenado pela Rede Capital Social**, responsável pela **avaliação anual das candidaturas ao programa de prémios com base num conjunto de critérios definidos** (ex. qualidade, relevância e diversidade dos conteúdos de um máximo de 3 peças jornalísticas). Este júri deverá integrar **representantes de entidades públicas, especialistas em comunicação, Pessoas com Deficiência e ONGs** com experiência nas áreas da inclusão e diversidade, garantindo uma análise rigorosa, representativa e imparcial das peças jornalísticas submetidas.
- conhecimento e interesse, assegurando que o **espaço mediático reflita a pluralidade de vozes** e saberes da sociedade;

Racional de Orçamentação (alto-nível)

- > O programa de prémios prevê a atribuição anual de três prémios monetários a, com valores de 10.000€ para o 1.º prémio, 6.250€ para o 2.º e 3.750€ para o 3.º, totalizando 20.000€ por ano. Considerando um horizonte temporal de três anos, o valor global ascenderia a 60.000€. Este montante cobre exclusivamente os prémios atribuídos, pressupondo-se que os restantes custos associados à organização, comunicação e apoio ao júri multidisciplinar sejam assegurados pela RCS através de parcerias.

Nota: Pressupõe-se que a linha de atuação associada à capacitação dos órgãos de comunicação e desenvolvimento da Lista de PcD por área de especialidade seja implementada diretamente pela equipa interna da Rede Capital Social. Por esse motivo, não foram contabilizados custos adicionais no presente orçamento.

Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social; Órgãos de Comunicação Social; Jornalistas; ONGs; Universidades e Centros de Investigação.**

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de ações de sensibilização realizadas; Número de jornalistas e outros profissionais dos Órgão de Comunicação capacitados; Número de PcD contratadas pelos Órgãos de Comunicação; Número de PcD registadas na base de dados; Número de PcD envolvidas em fóruns de discussão e entrevistas; Número de peças jornalísticas realizadas; Número de candidaturas ao programa de prémios de jornalismo inclusivo.



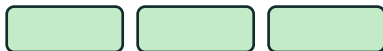
P3 IE8 CAMPANHA NACIONAL DE SENSIBILIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA (1/2)

Caracterização da Iniciativa

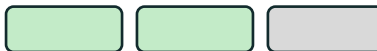
FILANTROPIA

ADVOCACY

Impacto



Facilidade de Implementação



Prazo

> 3 anos

Associação com Eixos Estratégicos e Objetivos da ENIPD

> EE4 - Trabalho, Emprego e Formação Profissional – OG2

Justificação: A falta de representatividade das Pessoas com Deficiência tem contribuído para a perpetuação de preconceitos e estigmas, ainda que involuntários, bem como para a perceção da Deficiência como uma exceção, e não como parte integrante da comunidade. Deste modo, a presente iniciativa pretende promover a empatia e a normalização da Deficiência na sociedade civil, através de campanhas que retratem Pcd de forma autêntica, em interação com Pessoas sem Deficiência, contribuindo para uma cultura mais inclusiva, natural e representativa.

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- > Lançamento de um **aviso nacional de financiamento a Agências de Comunicação com critérios claros** para a criação e desenvolvimento de **campanhas multicanal de grande alcance**. As campanhas devem **promover a empatia, combater estereótipos e aumentar a literacia sobre a Deficiência**, através de **narrativas autênticas** de apresentação e interação de **Pessoas com e sem Deficiência em diferentes contextos** (laboral, cultural, desportivo, e outros), contribuindo para a **transformação de mentalidades e normalização da deficiência** na sociedade;
 - A presente iniciativa pressupõe a **participação ativa e parceria com órgãos de comunicação social**, nomeadamente de associados da Rede Capital Social, no sentido de **assegurarem a transmissão gratuita** de campanhas produzidas, **como parte do seu compromisso com a responsabilidade social** e a **promoção da inclusão**. Esta colaboração será fundamental para garantir o alcance e impacto nacional da mensagem;

Racional de Orçamentação (alto-nível)

- > O trabalho de desenvolvimento criativo e conceptual; produção audiovisual, incluindo o trabalho de validação ética, gestão e supervisão do projeto (360.000€ para o desenvolvimento de 3 campanhas multicanais anuais durante um período de 3 anos, pressupondo-se a transmissão gratuita das campanhas pelos Órgão de Comunicação Social associados).

Nota: Pressupõe-se que a restante linha de ação associada ao desenvolvimento e implementação do Selo de Reconhecimento seja implementada diretamente pela equipa interna da Rede Capital Social e apresente custos residuais para a gestão da iniciativa. Por esse motivo, não foram contabilizados custos adicionais no presente orçamento.

Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social; Agências de Comunicação; Órgãos de Comunicação Social; Empresas privadas; ONGs; Universidades e Centros de Investigação; ME-CDPD.**

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de audiências por campanha transmitida; Número de selos de reconhecimento emitidos.



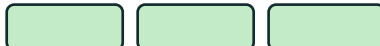
P3 IE8 CAMPANHA NACIONAL DE SENSIBILIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA (2/2)

Caracterização da Iniciativa

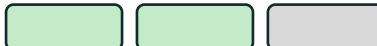
FILANTROPIA

ADVOCACY

Impacto



Facilidade de Implementação



Prazo

> 3 anos

Associação com Eixos Estratégicos e Objetivos da ENIPD

> EE4 - Trabalho, Emprego e Formação Profissional – OG2

Principais linhas de atuação (não exaustivo)

- > **Desenvolvimento e implementação de um Selo de reconhecimento, coordenado pela Rede Capital Social, destinado a distinguir empresas** que integrem, de forma consistente e autêntica, **Pessoas com Deficiência nas suas estratégias de marketing e comunicação Digital**. Este selo funcionará como um mecanismo de **valorização pública das marcas que promovam ativamente a inclusão e representatividade** de PcD, nomeadamente através da **presença natural e conjunta de Pessoas com e sem Deficiência**, em contextos variados, **nas suas campanhas de Marketing**;
 - Este reconhecimento **estará sujeito a critérios definidos e validados por um comité técnico, coordenado pela Rede Capital Social**, prevendo-se também ações de acompanhamento e incentivo à melhoria contínua das práticas inclusivas das marcas aderentes.

Racional de Orçamentação (alto-nível)

- > O trabalho de desenvolvimento criativo e conceptual; produção audiovisual, incluindo o trabalho de validação ética, gestão e supervisão do projeto (360.000€ para o desenvolvimento de 3 campanhas multicanais anuais durante um período de 3 anos, pressupondo-se a transmissão gratuita das campanhas pelos Órgão de Comunicação Social associados).

Nota: Pressupõe-se que a restante linha de ação associada ao desenvolvimento e implementação do Selo de Reconhecimento seja implementada diretamente pela equipa interna da Rede Capital Social e apresente custos residuais para a gestão da iniciativa. Por esse motivo, não foram contabilizados custos adicionais no presente orçamento.

Entidade responsável e outras entidades a envolver

- > **Rede Capital Social; Agências de Comunicação; Órgãos de Comunicação Social; Empresas privadas; ONGs; Universidades e Centros de Investigação; ME-CDPD.**

Indicadores de Monitorização e Performance

- > Número de audiências por campanha transmitida; Número de selos de reconhecimento emitidos.

PLANO DE AÇÃO

5. Plano de Alocação de Recursos Filantrópicos

Plano de Alocação de Recursos Filantrópicos | Orçamento alto-nível do Plano de Ação (1/7)

Com o objetivo de orientar a alocação dos recursos filantrópicos angariados, foi definida uma estimativa orçamental por iniciativa de filantropia, bem como uma verba complementar destinada a suportar os encargos inerentes à concretização do trabalho de *Advocacy*.

ID	Iniciativa Estratégica	Linha de atuação	Rúbricas de custo	Custo
P2 IE1	Reforço do grupo de trabalho especializado na empregabilidade de PcD no ODDH	Reforço do grupo de trabalho com uma equipa multidisciplinar especializada na empregabilidade	Encargos salariais de da equipa especializada na empregabilidade de PcD para um período temporal de 3 anos (<i>valores alinhados com proposta orçamental do ODDH</i>)	345.289,04€
			Desenvolvimento de uma plataforma digital e integrações de sistemas fulcrais; desenvolvimento de parcerias, produção de materiais de disseminação; e custos de manutenção da Plataforma num período temporal de 3 anos (<i>valores alinhados com proposta orçamental do ODDH</i>)	272.586,71€
Custo Total da Linha de Atuação = 617.875,75€				
Custo Total da Iniciativa Estratégica = 617.875,75€				
P2 IE2	Repositório de informação de apoio à compreensão da Deficiência, à PcD e ao Empregador	Levantamento abrangente da informação	Estimativa de contratação de uma consultora ou entidade especializada para o levantamento abrangente da informação diversificada sobre a Deficiência, benefícios para PcD e medidas e apoios para Empregadores	75.000€ - 85.000€ (<i>considerado o valor mais elevado</i>)
			Estimativa para o desenvolvimento de uma plataforma/ base de dados digital com 3 módulos interativos; com respetiva integração de sistemas fulcrais	150.000€ - 200.000€ (<i>considerado o valor mais elevado</i>)
Custo Total da Linha de Atuação = 285.000€				
Custo Total da Iniciativa Estratégica = 285.000€				

Plano de Alocação de Recursos Filantrópicos | Orçamento alto-nível do Plano de Ação (2/7)

Com o objetivo de orientar a alocação dos recursos filantrópicos angariados, foi definida uma estimativa orçamental por iniciativa de filantropia, bem como uma verba complementar destinada a suportar os encargos inerentes à concretização do trabalho de *Advocacy*.

ID	Iniciativa Estratégica	Linha de atuação	Rúbricas de custo	Custo
P3 IE1	Programa escola inclusiva	Desenvolvimento de conteúdos e materiais digitais sobre a temática da Deficiência e posterior disseminação	Estimativa para a contratação de consultora ou ONG especializada para o desenvolvimento de conteúdos e materiais digitais para a disciplina de Cidadania	40.000€ - 60.000€ (<i>considerado o valor mais elevado</i>)
Custo Total da Linha de Atuação = 60.000€				
		Ciclos de formação no ecossistema Escolar	Encargos salariais de 2 formadores (1.500€ mensais x 1,2375 x 14 meses x 2 formadores x 3 anos)	155.925€
			Custos com deslocações em 50% das formações realizadas considerando um total de 30 formações por ano ((100 km x 0,4€/km + 10€ portagens) x 15 ações de formação x 2 formadores x 3 anos)	4.500€
			Custos com alojamento em 50% das formações realizadas considerando um total de 30 formações por ano (100€ por estadia x 15 ações de formação x 2 formadores x 3 anos)	9.000€
			Desenvolvimento de conteúdos e certificação das formações (10.000€ + 500€ de certificação da formação via DGERT)	10.500€
Custo Total da Linha de Atuação = 179.925€				
Custo Total da Iniciativa Estratégica = 239.925€				

Plano de Alocação de Recursos Filantrópicos | Orçamento alto-nível do Plano de Ação (3/7)

Com o objetivo de orientar a alocação dos recursos filantrópicos angariados, foi definida uma estimativa orçamental por iniciativa de filantropia, bem como uma verba complementar destinada a suportar os encargos inerentes à concretização do trabalho de *Advocacy*.

ID	Iniciativa Estratégica	Linha de atuação	Rúbricas de custo	Custo
P3 IE3	Programa nacional de capacitação para a autonomia e confiança	Projeto de orientação em pares	Encargos salariais de 1 coordenador de projeto (2.000€ mensais x 1,2375 x 14 meses x 3 anos) e de 2 facilitadores (1.400€ mensais x 1,2375 x 14 meses x 2 facilitadores x 3 anos)	249.480€
			Desenvolvimento de conteúdos e materiais de suporte às sessões de orientação (10.000€ para o desenvolvimento inicial + 2.500€ por ano para adaptação de materiais nos 2 anos seguintes)	15.000€
			Custos com deslocações em 50% das sessões realizadas considerando um total de 10 sessões de orientação por escola por ano em 10 escolas a dividir pelos 2 facilitadores ((100 km x 0,4€/km + 10€ portagens x 2 facilitadores) x 25 sessões de orientação x 3 anos)	7.500€
			Custos com alojamento em 50% das sessões realizadas considerando um total de 10 sessões de orientação por escola por ano em 10 escolas a dividir pelos 2 facilitadores (100€ por estadia x 25 sessões de orientação x 2 facilitadores x 3 anos)	15.000€
Custo Total da Linha de Atuação = 286.980€				
		Desenvolvimento de uma <i>Fellowship</i> para PcD	Encargos salariais de 1 coordenador de projeto (2.000€ mensais x 1,2375 x 14 meses x 3 anos)	103.950€
			Estimativa de encargos com propinas para o desenvolvimento de um piloto com 50 beneficiários (200€ mensais x 10 meses x 50 beneficiários x 3 anos)	300.000€
			Bolsa de apoio de 150€ mensais de forma a cobrir em parte os custos com transportes, habitação, materiais escolares, entre outros (150€ x 12 meses x 50 beneficiários x 3 anos)	270.000€
Custo Total da Linha de Atuação = 673.950€				
Custo Total da Iniciativa Estratégica = 960.930€				

Plano de Alocação de Recursos Filantrópicos | Orçamento alto-nível do Plano de Ação (4/7)

Com o objetivo de orientar a alocação dos recursos filantrópicos angariados, foi definida uma estimativa orçamental por iniciativa de filantropia, bem como uma verba complementar destinada a suportar os encargos inerentes à concretização do trabalho de *Advocacy*.

ID	Iniciativa Estratégica	Linha de atuação	Rúbricas de custo	Custo
P3 IE4	Programa de apoio ao empreendedorismo de PcD	Programas de incubação e aceleração de projetos	Encargos salariais de 1 coordenador de projeto (2.500€ mensais x 1,2375 x 14 meses x 3 anos)	129.937,50€
			Apoios financeiros a empreendedores com deficiência (20 projetos x 15.000€ de “capital semente”)	300.000€
Custo Total da Linha de Atuação = 429.937,50€				
Custo Total da Iniciativa Estratégica = 429.937,50€				
P3 IE5	Programa InCode - Academias de Código para PcD	Desenvolvimento de academias de programação	Encargos salariais de 2 formadores (2.500€ mensais de formador por ciclo de formação x 1,2375 x 14 meses x 2 ciclos de formação por ano x 3 anos)	259.875€
			Desenvolvimento e adaptação de conteúdos acessíveis e currículos personalizados	50.000€ - 70.000€ (<i>considerado o valor mais elevado</i>)
			Formação dos formadores para a Deficiência (10.000€)	10.000€
			Investimento em materiais e ferramentas tecnológicas acessíveis (20 jovens com Deficiência formados por x 1.000€ de investimento tecnológico por jovem x 3 anos)	60.000€
Custo Total da Linha de Atuação = 399.875€				
Custo Total da Iniciativa Estratégica = 399.875€				


Plano de Alocação de Recursos Filantrópicos | Orçamento alto-nível do Plano de Ação (5/7)

Com o objetivo de orientar a alocação dos recursos filantrópicos angariados, foi definida uma estimativa orçamental por iniciativa de filantropia, bem como uma verba complementar destinada a suportar os encargos inerentes à concretização do trabalho de *Advocacy*.

ID	Iniciativa Estratégica	Linha de atuação	Rúbricas de custo	Custo
P3 IE6	Ação de sensibilização e educação das empresas	Formação e certificação das empresas	Encargos salariais de 2 formadores (2.000€ mensais x 1,2375 x 14 meses x 2 formadores x 3 anos)	207.900€
			Custos com deslocações em 50% das formações realizadas ((100 km x 0,4€/km + 10€ portagens) x 50 formações x 2 formadores)	5.000€
			Custos com alojamento em 50% das formações realizadas (100€ por estadia x 50 formações x 2 formadores)	10.000€
			Desenvolvimento de conteúdos e certificação das formações (10.000€ + 500€ certificação da formação via DGERT)	10.500€
Custo Total da Linha de Atuação = 233.400€				
		Dinamização de fóruns empresariais	Estimativa para a realização de 4 eventos anuais para 100 pessoas ((2.500€ espaço + 2.000€ catering + 2.000€ audiovisuais + 3.000€ comunicação + 1.500€ dinamizador) x 4 eventos anuais x 3 anos)	132.000€
			Desenvolvimento de conteúdos e casos práticos (2.500€ por evento x 4 eventos anuais x 3 anos)	30.000€
Custo Total da Linha de Atuação = 162.000€				
Custo Total da Iniciativa Estratégica = 395.400€				

Plano de Alocação de Recursos Filantrópicos | Orçamento alto-nível do Plano de Ação (6/7)

Com o objetivo de orientar a alocação dos recursos filantrópicos angariados, foi definida uma estimativa orçamental por iniciativa de filantropia, bem como uma verba complementar destinada a suportar os encargos inerentes à concretização do trabalho de *Advocacy*.

ID	Iniciativa Estratégica	Linha de atuação	Rúbricas de custo	Custo
P3 IE7	Ação de sensibilização e literacia dos Órgãos de Comunicação Social	Programa de prémios de jornalismo inclusivo	Atribuição anual de três prémios monetários a jornalistas detentores das melhores conjuntos de peças jornalísticas, com valores de 10.000€ para o 1.º prémio, 6.250€ para o 2.º e 3.750€ para o 3.º, totalizando 20.000€ por ano (20.000€ em prémios anuais x 3 anos)	60.000€
				<i>Custo Total da Linha de Atuação = 60.000€</i>
				<i>Custo Total da Iniciativa Estratégica = 60.000€</i>
P3 IE8	Campanha nacional de sensibilização e normalização da Deficiência	Desenvolvimento de campanhas televisivas de grande alcance	Desenvolvimento criativo e conceptual da campanha e respetiva produção audiovisual assegurando a acessibilidade comunicacional (35.000€ por campanha x 1,23 x 3 projetos x 3 anos)	387.450€
				<i>Custo Total da Linha de Atuação = 387.450€</i>
				<i>Custo Total da Iniciativa Estratégica = 387.450€</i>
			<i>Estimativa do Custo Total das Iniciativas Estratégicas de Filantropia = 3.776.393,25€</i>	

Nota:

O presente exercício conceptual de estimativa orçamental, aplicado às iniciativas de filantropia, não substitui a elaboração de um plano orçamental detalhado, o qual deverá ser desenvolvido numa fase subsequente, em estreita articulação com a definição pormenorizada dos requisitos operacionais de cada iniciativa estratégica, fulcrais à sua implementação. A concretização do plano detalhado ficará a cargo da Rede Capital Social, devendo este assentar em propostas preliminares apresentadas por organizações não governamentais (ONG) e consultoras especializadas com experiência relevante, permitindo uma definição mais precisa dos parâmetros operacionais e financeiros de cada iniciativa estratégica.

Plano de Alocação de Recursos Filantrópicos | Orçamento alto-nível do Plano de Ação (7/7)

Com o objetivo de orientar a alocação dos recursos filantrópicos angariados, foi definida uma estimativa orçamental por iniciativa de filantropia, bem como uma verba complementar destinada a suportar os encargos inerentes à concretização do trabalho de *Advocacy*.

Iniciativas Estratégicas	Rúbricas de custo	Custo
<p>Adicionalmente, em articulação com a Rede Capital Social, foi considerado um racional orçamental complementar destinado a cobrir os custos associados ao exigente trabalho de <i>Advocacy</i> previsto no presente Plano de Ação, nomeadamente a remuneração de um coordenador de projeto e de um gestor operacional, responsáveis pela sua execução e acompanhamento.</p>		
P1 IE1 - Revisão da Lei de Bases das Acessibilidades P1 IE2 - Revisão da Lei das Quotas – Lei 4/2019 P1 IE3 - Revisão da tributação da TSU e criação de deduções específicas em sede de IRC para empresas P1 IE4 - Revisão da medida de apoio +Emprego P1 IE5 - Comparticipação estatal sobre o seguro de vida na compra de habitação própria permanente P1 IE6 - Consolidação e alargamento da resposta MAVI e valorização da figura do assistente pessoal P1 IE7 - Promoção da acessibilidade total nos transportes públicos P2 IE3 - Formação contínua de quadros e revisão de processos e interoperabilidade entre os sistemas P2 IE4 - Plataforma de Empregabilidade Inclusiva P2 IE5 - Programa nacional de <i>job coaching</i> profissional P3 IE2 - Programa de acompanhamento ativo e preparação da transição Escola-Trabalho	Encargos salariais para suportar 1/3 do trabalho de 1 coordenador de projeto (2.500€ mensais x 1,2375 x 14 meses x 1/3 x 4 anos) e para suportar 1/3 do trabalho do gestor operacional (2.000€ mensais x 1,2375 x 14 meses x 1/3 x 4 anos)	103.950€
	Desenvolvimento criativo de estratégias de comunicação e <i>marketing</i> que sustentam o trabalho de <i>Advocacy</i> (35.000 por campanha anual x 1,23 x 4 anos)	172.200€
	Custos com deslocações associado ao trabalho de <i>Advocacy</i> fora do local de residência ((100 km x 0,4€/km + 10€ portagens) x 25 atividades de <i>Advocacy</i> x 4 anos)	10.000€
	Custos com alojamento associado ao trabalho de <i>Advocacy</i> fora do local de residência (100€ por estadia x 25 atividades de <i>Advocacy</i> x 2 colaboradores x 4 anos)	20.000€



Estimativa de Suporte Financeiro à Concretização do Trabalho de Advocacy = 306.150,00€

Estimativa do Custo Total do Plano de Ação = 4.082.543,25€

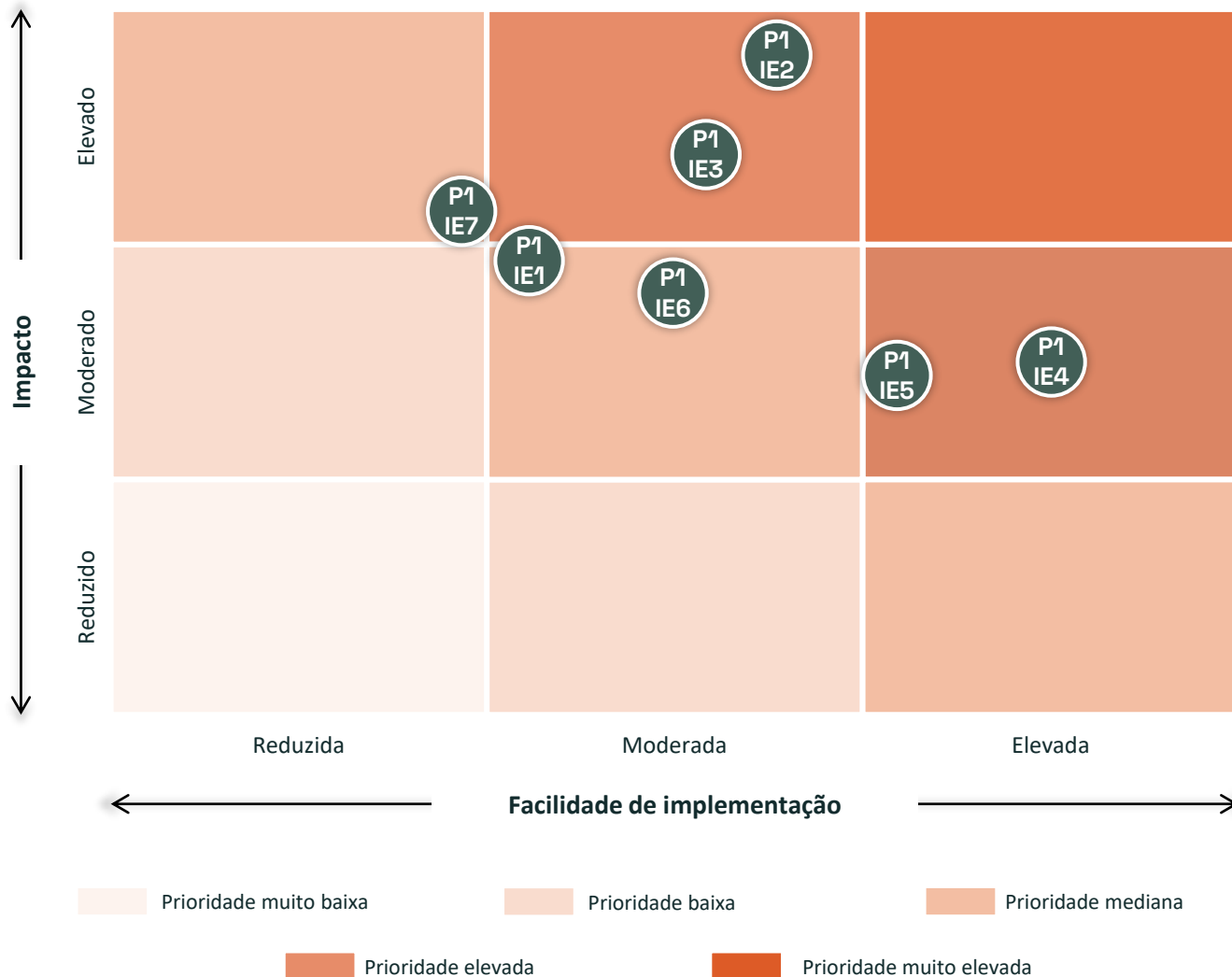
PLANO DE AÇÃO

6. Avaliação e Calendarização das Iniciativas Estratégicas

Avaliação e Calendarização das Iniciativas Estratégicas | Matriz de Avaliação



Para efeitos de elaboração do plano de ação, as iniciativas estratégicas de cada um dos 3 pilares foram priorizadas de acordo com uma matriz de prioridades, com base no seu impacto e facilidade de implementação na promoção da empregabilidade de PcD em Portugal.



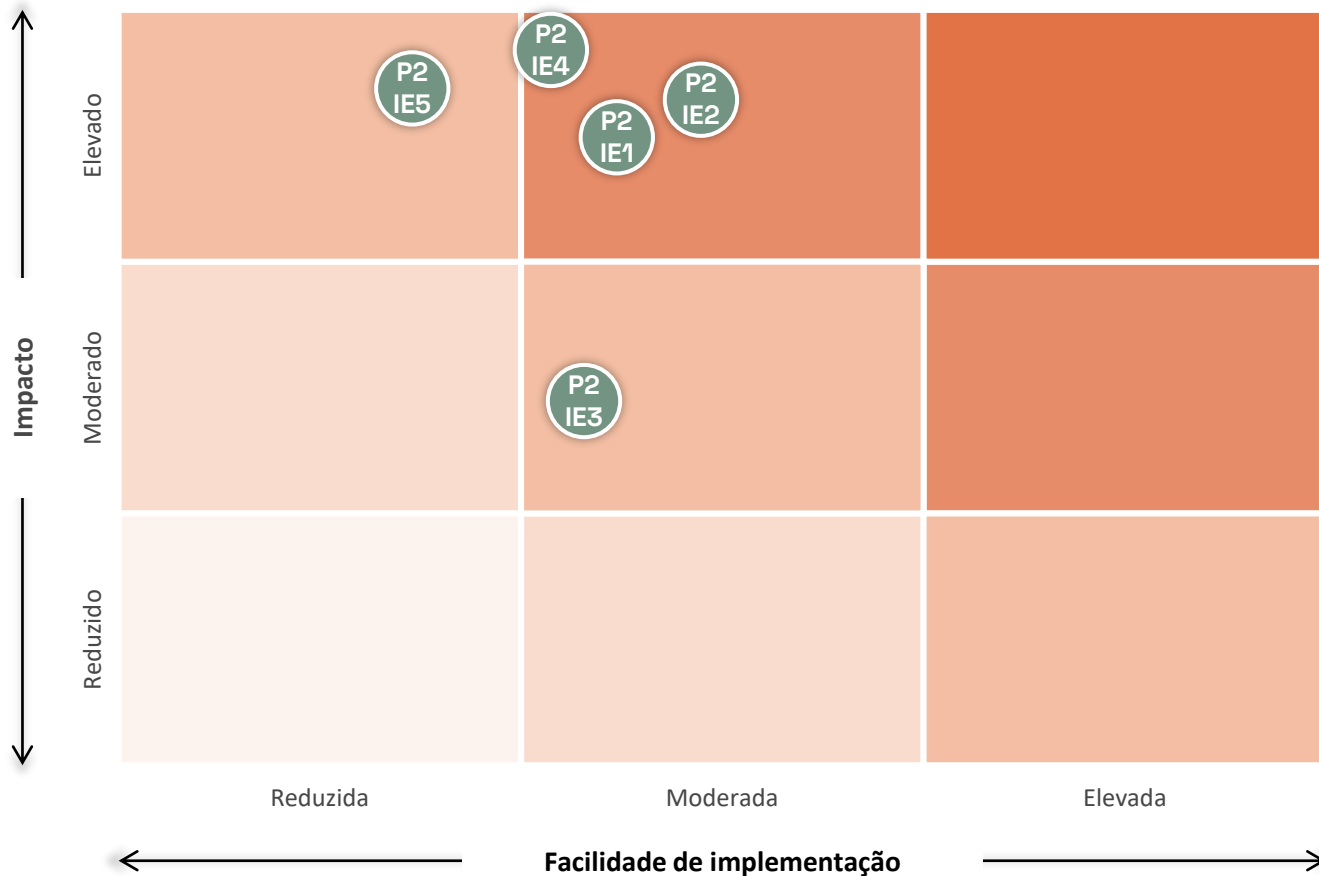
PILAR 1 - LEGISLAÇÃO

- P1
IE1 Revisão da Lei de Bases das Acessibilidades (A)
- P1
IE2 Revisão da Lei das Quotas - Lei 4/2019 (A)
- P1
IE3 Revisão da tributação da TSU e criação de deduções específicas em sede de IRC para empresas (A)
- P1
IE4 Revisão da medida de apoio +Emprego (A)
- P1
IE5 Comparticipação estatal sobre o seguro de vida na compra de habitação própria permanente (A)
- P1
IE6 Consolidação e alargamento da resposta MAVI e valorização da figura do assistente pessoal (A)
- P1
IE7 Promoção da acessibilidade total nos transportes públicos (A)

Avaliação e Calendarização das Iniciativas Estratégicas | Matriz de Avaliação

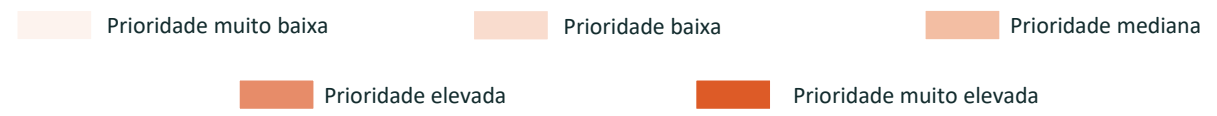


Para efeitos de elaboração do plano de ação, as iniciativas estratégicas de cada um dos 3 pilares foram priorizadas de acordo com uma matriz de prioridades, com base no seu impacto e facilidade de implementação na promoção da empregabilidade de PcD em Portugal.



PILAR 2 - OBTENÇÃO E CENTRALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

- P2 IE1** Reforço do grupo de trabalho especializado na empregabilidade de PcD no ODDH (F)
- P2 IE2** Repositório de informação de apoio à compreensão da Deficiência, à PcD e ao Empregador (F)
- P2 IE3** Formação contínua de quadros e revisão de processos e interoperabilidade entre os sistemas (A)
- P2 IE4** Plataforma de Empregabilidade Inclusiva (A)
- P2 IE5** Programa nacional de *job coaching* profissional (A)



Avaliação e Calendarização das Iniciativas Estratégicas | Matriz de Avaliação



Para efeitos de elaboração do plano de ação, as iniciativas estratégicas de cada um dos 3 pilares foram priorizadas de acordo com uma matriz de prioridades, com base no seu impacto e facilidade de implementação na promoção da empregabilidade de PcD em Portugal.



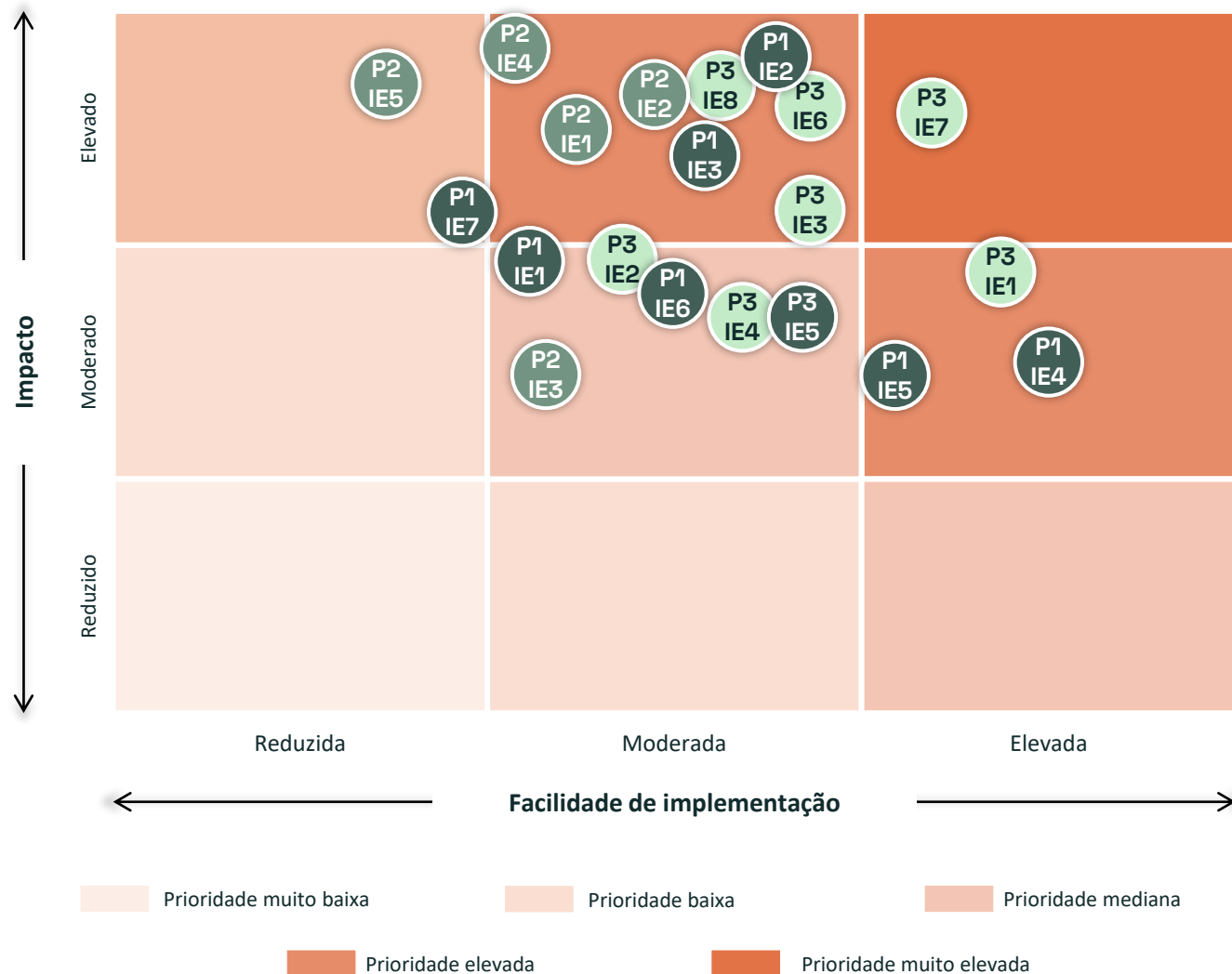
PILAR 3 - LITERACIA, CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

- P3 IE1** Programa escola inclusiva (F)
- P3 IE2** Programa de acompanhamento ativo e preparação da transição Escola-Trabalho (A)
- P3 IE3** Programa nacional de capacitação para a autonomia e confiança (F)
- P3 IE4** Programa de apoio ao empreendedorismo de PcD (F)
- P3 IE5** Programa InCode - Academias de Código para PcD (F)
- P3 IE6** Ação de sensibilização e educação das empresas (F)
- P3 IE7** Ação de sensibilização e literacia dos Órgãos de Comunicação Social (F)
- P3 IE8** Campanha nacional de sensibilização e normalização da Deficiência (F)

Avaliação e Calendarização das Iniciativas Estratégicas | Matriz de Avaliação



Para efeitos de elaboração do plano de ação, as iniciativas estratégicas de cada um dos 3 pilares foram priorizadas de acordo com uma matriz de prioridades, com base no seu impacto e facilidade de implementação na promoção da empregabilidade de PcD em Portugal.



P1 IE1	Revisão da Lei de Bases das Acessibilidades (A)
P1 IE2	Revisão da Lei das Quotas – Lei 4/2019 (A)
P1 IE3	Revisão da tributação da TSU e criação de deduções específicas em sede de IRC para empresas (A)
P1 IE4	Revisão da medida de apoio +Emprego (A)
P1 IE5	Comparticipação estatal sobre o seguro de vida na compra de habitação própria permanente (A)
P1 IE6	Consolidação e alargamento da resposta MAVI e valorização da figura do assistente pessoal (A)
P1 IE7	Promoção da acessibilidade total nos transportes públicos (A)
P2 IE1	Reforço do grupo de trabalho especializado na empregabilidade de PcD no ODDH (F)
P2 IE2	Repositório de informação de apoio à compreensão da Deficiência, à PcD e ao Empregador (F)
P2 IE3	Formação contínua de quadros e revisão de processos e interoperabilidade entre os sistemas (A)
P2 IE4	Plataforma de Empregabilidade Inclusiva (A)
P2 IE5	Programa nacional de <i>job coaching</i> profissional (A)
P3 IE1	Programa escola inclusiva (F)
P3 IE2	Programa de acompanhamento ativo e preparação da transição Escola-Trabalho (A)
P3 IE3	Programa nacional de capacitação para a autonomia e confiança (F)
P3 IE4	Programa de apoio ao empreendedorismo de PcD (F)
P3 IE5	Programa InCode - Academias de Código para PcD (F)
P3 IE6	Ação de sensibilização e educação das empresas (F)
P3 IE7	Ação de sensibilização e literacia dos Órgãos de Comunicação Social (F)
P3 IE8	Campanha nacional de sensibilização e normalização da Deficiência (F)

Avaliação e Calendarização das Iniciativas Estratégicas | Proposta de Calendário



Com base na priorização anteriormente definida, segundo o nível de impacto e a facilidade de implementação de cada iniciativa, estipulou-se o seguinte calendário de execução, para um horizonte temporal de quatro anos.

Caracterização e ID da Iniciativa	Iniciativa Estratégica	2026				2027				2028				2029				n
		T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	
A D V O C A C Y	P1 IE2	Revisão da Lei das Quotas – Lei 4/2019																T R A B A L H O E M C O N T Í N U O
	P1 IE3	Revisão da tributação da TSU e criação de deduções específicas em sede de IRC para empresas																
	P2 IE4	Plataforma de Empregabilidade Inclusiva																
	P1 IE4	Revisão da medida de apoio +Emprego																
	P1 IE5	Comparticipação estatal sobre o seguro de vida na compra de habitação própria permanente																
	P2 IE5	Programa nacional de <i>job coaching</i> profissional																
	P1 IE7	Promoção da acessibilidade total nos transportes públicos																
	P3 IE2	Programa de acompanhamento ativo e preparação da transição Escola-Trabalho																
	P1 IE6	Consolidação e alargamento da resposta MAVI e valorização da figura do assistente pessoal																
	P1 IE1	Revisão da Lei de Bases das Acessibilidades																
P2 IE3	Formação contínua de quadros e revisão de processos e interoperabilidade entre os sistemas																	
F I L A N T R O P I A	P3 IE7	P													TBD	T O B E D E F I N E D		
	P2 IE1	P													TBD			
	P3 IE6	P													TBD			
	P3 IE8	P													TBD			
	P3 IE1	P													TBD			
	P3 IE3	P													TBD			
	P3 IE5	P													TBD			
	P3 IE4	P													TBD			
	P2 IE2	P													TBD			

“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com

Esta comunicação apenas inclui informações gerais, pelo que nem a Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), nem as respetivas firmas-membro ou entidades relacionadas prestam serviços profissionais ou aconselhamento através da mesma. Antes de tomar alguma decisão ou medidas que o afetem financeiramente ou ao seu negócio, com base nesta comunicação, deve consultar um profissional qualificado. Não são dadas garantias (explícitas ou implícitas) relativamente à precisão ou detalhe da informação constante nesta comunicação, pelo que a DTTL, as suas firmas membro, entidades relacionadas ou colaboradores não são responsabilizáveis por quaisquer danos ou perdas decorrentes de ações ou omissões, direta ou indiretamente, baseadas nesta comunicação.

